



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2022

Ata n.º 09

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de junho e aditamento de vinte e um de junho, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Maria Cristina Monteiro Rasquilha Corado; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da ata de 29-04-2022;-----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento da relação dos compromissos plurianuais - Delegação de competência para assunção de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara; -----

PONTO QUATRO: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para a integrar no Conselho Municipal de Saúde;-

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "TTT (The Time Travel) no âmbito do Aviso CREA-CULT- 2022-COOP do Programa Europa Criativa; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE para prestação de serviços de manutenção e conservação dos campos desportivos municipais;

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao Concurso Público para aquisição de licenciamento Microsoft para o município de Albufeira, com o preço base de 601.905,93€ + IVA; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Portaria n.º 605-B/2021, de 15 de novembro, referente à Reposição de equilíbrio financeiro "Contrato Aquisição de Assistentes Operacionais para as AAAF's, Escolas e Outros Equipamentos Educativos do Concelho; -

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2022-2026; -----



PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2022-2026; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente ao apoio à Junta de Freguesia da Guia, na realização da "Convenção de Motorizadas; ---

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente ao apoio à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água para "Acompanhamento Técnico da Empreitada de Pavimentação - Torre da Medronheira e da Empreitada de Pavimentação - Beco da Semina;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente ao apoio à Junta de Freguesia de Paderne - "XI Mostra das artes do Barrocal;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente ao apoio à Junta de Freguesia de Ferreiras - "Santos Populares 2022;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente ao apoio à Junta de Freguesia de Ferreiras - Festa do XXV Aniversário da Freguesia;-----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, bem como da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Transferência de verbas para as freguesias do concelho;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pela bancada do PS - "Voto de Congratulação pela atribuição do nome Gago Coutinho ao Aeroporto Internacional de Faro;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo CHEGA - Abrigo na paragem de autocarro na Avenida Pessanha Viegas. -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Rui Miguel de Sousa Bernardo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento, de Paderne - João Ruaça e a Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado. -----



Faltas: Cláudia Sofia Pais Raimundo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Bernardo e Cristina Corado.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Emma Encarnação leu documento (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Suzan Fartaj: "Boa noite, é a primeira vez que faço aqui uma intervenção, venho em representação de um grupo de moradores na zona da urbanização A Ver o Mar, por trás das bombas da BP, é uma zona habitacional bastante alargada, vim por uma situação que de certeza é extensível a toda a Albufeira, em relação ao ruído provocado pelos alojamentos locais. A zona onde estamos tem prédios mas também tem muitas moradias isoladas, mas temos acesso ao barulho que é feito dentro dessas moradias alugadas para grupos de jovens, por vezes demasiado novos para se controlarem e acabam por fazer barulho todas as noites, de forma interrupta. Já tenho conhecimento que um grupo de moradores já fez uma carta registada datada do ano passado, portanto, já partiram para a ação, já começaram a criar aqui um processo e infelizmente ainda não tiveram nenhuma resposta, por parte da Câmara. Não sei se a gestão documental não tem prazos para dar resposta às cartas que recebem, mas já vai fazer em setembro um ano e pelo menos uma reação vossa para indicar o que pode ser feito, o que está a ser feito, o que é que eles devem fazer. De facto, falam com a GNR todas as noites, todas as noites há registos de chamadas telefónicas das pessoas que moram ali, muitas vezes doentes ou idosas, com problemas de saúde graves, jovens que têm de ir para a escola no dia seguinte e não conseguem dormir, porque temos autênticos hooligans no meio da rua, numa zona residencial, não é zona de bares. As pessoas compraram lá as suas moradias há dezenas de anos, inclusive construíram lá casa, nos últimos cinco anos têm de suportar este tipo de vivências que não é normal em zonas residenciais. Tenho a certeza que estou a falar



de uma situação que é recorrente em todo o Algarve, já é notícia, mas de qualquer forma o que os residentes pretendiam é uma reação da entidade que gere as licenças do alojamento local, de forma a termos noção que também estamos a ser acompanhados. Acaba por ser uma situação de desespero, até mesmo de saúde, porque há pessoas que estão a tomar medicação para poder dormir, os jovens não conseguem ir aos exames, numa época destas de forma concentrada, e tem de haver alguma reação. São vocês a entidade gestora dos AL's, portanto tem de haver regras. Grupos de jovens em zonas residenciais, que não se conseguem controlar não deviam ser admitidos. Eu sei que vocês emitem a licença e com certeza haverá alguma forma de consultar a legislação em vigor ou altera-la, mas que nos digam o que nós devemos fazer, dêem-nos algum apoio para sabermos que passos dar, porque realmente é uma questão de saúde pública. Pedia que tivessem alguma consideração com as pessoas que estão por lá a viver."-----

Miguel Coelho: "Boa noite a todos, quando me inscrevi recebi um email a perguntar qual era o assunto. Apresentei os assuntos, que tem a ver com o ruído no Jack Irish Pub e com as colunas que estão no AlgarExperience e venho para ouvir respostas a estas matérias. Relativamente ao Irish Pub, antigamente era uma galeria de arte e foi solicitado um parecer à Câmara, ao departamento de urbanismo, muito bem feito pelo senhor arquiteto Rui, em que ele é de parecer que a alteração do uso de galeria de arte para estabelecimento de bebidas ou bar, do ponto de vista urbanístico não vê inconveniente nesta alteração, desde que nada haja a opor por parte do condomínio. No condomínio somos quarenta e quatro frações e nunca houve uma deliberação em assembleia de autorização para mudança de utilização de um espaço de galeria de arte para uma coisa chamada, desculpem a expressão, turismo de bebedeira, não sei se é o termo mais adequado. Este mês fui surpreendido, porque além do sítio onde resido é o meu local de trabalho e fui surpreendido por um barulho anormal, procurei saber o que se passava, qual não foi o meu espanto que espetaram com duas licenças especiais de ruído para que este empresário que faz barulho há dez anos, que agora pode fazer todo o barulho porque a edilidade deixa o cavalheiro fazer todo o barulho. Dia um, três, seis, oito, dez, treze e catorze, dezasseis, dezassete, vinte, vinte e um, vinte e quatro, vinte e sete, vinte e oito e vinte e nove deste mês? Desculpem, mas uma licença especial de ruído penso que tem a ver com interesse coletivo, no próximo mês vamos ter a feira de caça e pesca, muito bem, uma licença especial de ruído, é um interesse coletivo. Agora, para um empresário? Que só deus sabe como é que foi feita a legalidade deste



estabelecimento. Por amor de deus, venho aqui altamente descontente, porque não consigo trabalhar no meu local. O segundo assunto tem a ver com o AlgarExperience, eles têm meia dúzia de colunas no deck, estão a fazer chamamentos para barcos, e parece que estamos numa estação de comboios, ou alguma coisa de terceiro mundo. Numa ponta tem de estar a ouvir que vai sair o parasailing, eu não tenho nada a ver com isso, devia de haver uma forma sem incomodar, ainda por cima, aquelas colunas também servem, de vez em quando para meter musica. Eu pergunto se esse sistema de som esta a ser licenciado, fiscalizado ou não pela edilidade. Peço encarecidamente, não tenho nenhum interesse em vir aqui, recordo-me no tempo do Dr. Carlos Silva e Sousa, ele era da opinião que a musica ao vivo deveria de ser autorizada, de facto, mas sem quaisquer meios de amplificação, agora a somar a isso a edilidade ainda deixa eles fazerem o barulho todo que queiram, desculpem mas está aqui qualquer coisa que não funciona, por isso tenho de chamar a atenção, porque de facto está aqui provavelmente um problema de legalidade, aquilo era uma galeria de arte, nós, condóminos tínhamos que opinar, tínhamos que deliberar isso em assembleia e não nos deram essa oportunidade. O único condómino que emitiu uma declaração é a Quinta da Orada, em que escreve "somos proprietários e não vemos qualquer inconveniente da mudança de utilização da galeria de arte para bar". É um conflito de interesses, é o próprio, mas ele não levou este assunto à assembleia e vocês recebem esta declaração. Termino apelando que não deixem aquilo ser uma extensão da Rua da Oura ou o centro de Albufeira. O porto de recreio, porque aquilo não é uma marina, dizia alguém e muito bem, marina só existe em Portimão e Vilamoura, aquilo é um porto de recreio, mas é um espaço aprazível, não deixem estragar aquilo."-----

Vítor Gonçalves: "Boa noite a todos, em relação ao corte de trânsito que fizeram na Rua Vasco Santana, porque não sei qual foi a razão de mudarem o sentido da rua, a rua era de dois sentidos e agora está num sentido só. Aquilo é uma confusão com o trânsito. Para quem não sabe sou proprietário daquela oficina na Vila Magna e aquilo faz-me um grande transtorno tanto para mim como para os meus clientes, é todos os dias os clientes a perguntar o porquê ser proibido e que agora têm de dar a volta ao prédio, aquilo é uma confusão desmarcada com o trânsito. Sei que já houve algumas decisões nesse sentido, também já tive uma reunião com a D. Fátima Martins há quatro meses atrás e até hoje espero que alguém me visitasse para que pudesse dar a minha opinião em relação ao



trânsito e por essa razão gostava que me dessem uma explicação plausível de qual foi a razão por que meteram aquela rua num sentido só.”-----

António Pereira: “Boa noite, também é a primeira vez que me dirijo à Assembleia, eu vivo aqui há cerca de vinte e um anos, quando eu construí a minha casa na Rua dos Girassóis, aquilo era muito sossegado, hoje tenho seis casas do lado esquerdo alugadas como alojamento local e tenho mais quatro do lado direito. Eu estou preso no alojamento local. Muitas dessas casas de alojamento local não têm placa nenhuma, não diz que é alojamento local e eu não posso contactar a pessoa que está a alugar essas casas. Já me dirigi algumas vezes às empregadas de limpeza, mas algumas nem português falam. Eu não venho aqui criticar só por causa do barulho, porque eu sei que é em todo o concelho, eu também quero dar sugestões. Obrigatoriedade de ter essas placas com uma nota a dizer que depois das oito ou das nove ou o que a lei disser até às tantas da manhã não pode haver barulho, para eles lerem antes de entrarem para a casa e quem não tiver a placa que a ponha lá. Quanto ao barulho, é difícil, eles saltam para o lado da minha casa para apanhar bolas, ou eu estou lá o dia inteiro a apanhar as bolas ou eles saltam e danificam. Já vi atirarem garrafas de cerveja para os portões, já vi atirarem um telefone que não trabalhava para cima do capô do meu carro, e eu falei nisso à pessoa que era a proprietária dessa casa e até hoje nunca ninguém me pagou o amulamento do carro. Vocês têm uma grande missão, é difícil, compreendo, mas eu é que não quero ter de acordar todas as noites e chamar a polícia. A polícia é boa para casos mais graves. Isto tem a ver com a forma como damos o alojamento local e os obrigamos a pôr as placas, tem de haver lá alguém a verificar esse pormenor, ou então metam um grande placar à entrada da rua a dizer que é zona residencial e que a partir desta hora não há barulho até de manhã. Isto são os turistas da cerveja, porque só sabem levar cerveja, deixam os carros do Continente e do Pingo Doce por lá. Boa sorte e pensem que o barulho é mesmo muito grande, convido-vos a passarem por lá a pé á noite para verem como é.”-----

Presidente da Assembleia: “Tenho um pedido por escrito do senhor Joaquim Guerra, é um pedido extenso e é dirigido a mim e à senhora Vereadora Cláudia Guedelha. Irei ler alguns pontos e depois será respondido por escrito, porque efetivamente o email tem inúmeras questões que não permitiriam agora uma resposta precisa relativamente a estas matérias. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Respondo já, a ata já está terminada e logo que seja corrigida vem à Assembleia municipal para ser votada e depois enviada para o Ministério Público. Farei chegar à



senhora Vereadora este email que fará o favor de responder condignamente relativamente a estas questões."-----

Vereador António Zua Coelho: "Boa noite a todos, isto é muito confuso, o Zua vai ser sempre a mesma pessoa, vou ser a mesma pessoa enquanto cidadão, vou ser a mesma pessoa enquanto comandante dos Bombeiros e enquanto Vereador, mas efetivamente peço, antes do período da ordem do dia para usar a palavra porque há coisas que me fazem muita confusão. Uma delas é uma notícia que vou ler parte dela: "O Município de Albufeira disponibilizou um novo ecógrafo portátil, e respetivos acessórios, ao INEM. A entrega foi realizada no passado dia catorze de junho, pelo Senhor Presidente da Câmara. A aquisição e cedência deste equipamento, segundo o autarca, "destina-se a equipar melhor o helicóptero de emergência médica do Algarve, de forma a melhorar as emergências pré-hospitalares e de socorro". Primeiro, tenho de lembrar que Administração Central é Estado, Administração Local é o Estado, mas temos aqui competências que são próprias, no caso concreto, o organismo INEM é um organismo na dependência direta do Ministério da Saúde, que tem autonomia financeira e tem a responsabilidade de apurar a existência de serviços, recursos humanos e equipamentos em matéria de saúde, nomeadamente em matéria de emergência pré hospitalar para assistir aos nossos cidadãos. A mim faz-me confusão, como é que uma autarquia está a compartilhar um meio que, logo à partida, quando falamos dos helicópteros de emergência, são meios nacionais, não são locais. E isto faz-me confusão porque eu já por diversas vezes que trago aqui um assunto, e espero, uma vez que vi as fotografias e percebi que estive na relação de proximidade com o senhor coordenador operacional do INEM, que tenha tido a oportunidade de ter reunião com ele, que de alguma maneira já foi anunciando que era sua intenção promover, em vários momentos, no sentido de defender aquilo que é a necessidade de adequação das ambulâncias de emergência pré hospitalar em Albufeira, às necessidades. Isto porque, todos os dias em Albufeira, há pessoas na via pública à espera de ambulância, porque não há ambulâncias disponíveis. É nesse sentido que coloco essa questão, que é: quantas pessoas beneficiam de uma ambulância e quantas pessoas, nomeadamente no município de Albufeira, é que vão beneficiar deste ecógrafo? Gostava de saber, porque o que está em causa é perceber onde está o melhor retorno deste investimento, que é o que me preocupa a mim. Até porque esta é uma batalha que eu tenho desde dois mil e quinze, que tenho vindo de uma forma reiterada, tenho um conjunto de emails que envio para todo o lado e reuniões, em



que dou claramente conhecimento, no caso concreto de Albufeira, por esta altura tinha que se exigir que o Instituto Nacional de Emergência Médica colocasse uma ambulância própria à imagem do que faz, por exemplo, no concelho de Loulé, tem lá três ambulâncias de suporte básico de vida, mais uma de porte imediato de vida e outras tantas. Portanto, acho que tem de haver aqui alguma razoabilidade e a defesa dos interesses devem ser primariamente locais e é isto que se pede ao autarca local. Gostava que o senhor Presidente me respondesse qual foi o critério que teve na atribuição deste apoio e qual é o retorno que é esperado? "-----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, saúdo e agradeço as questões colocadas, muitas vezes são questões que nós não conhecemos, que eu próprio não conheço, com certeza que os vereadores e os técnicos algumas delas também não conhecem, outras poderão conhecer, de uma forma diferente, porque cada um que vive e mora nos sítios mais próximos, e muitas delas tiveram a ver com um assunto transversal que é a questão do ruído. Evidentemente que nós devíamos viver em paz e sossego, e era bom que o ruído não fosse tão forte e que não houvesse tanto incómodo. É um bocado difícil conjugar todas estas situações, evidentemente que há aqui situações completamente diferentes umas das outras, o alojamento local, a questão do condomínio ser ouvido ou não relativamente àquela questão de alteração de uso, já tenho aqui registado para mandar verificar isso, ver o que se passou. A questão do alojamento local é sempre um problema, veio há uns anos reorganizar muitas câmaras paralelas que havia no concelho e não só, de uma forma mais ou menos digamos, selvagem, sem qualquer organização, alugavam quartos e apartamentos a pessoas que poderiam se calhar fazer o mesmo ruído, e certamente que os comportamentos não eram muito diferentes. Temos de ter em conta que podemos dar a hipótese de ver um regulamento, porque isso também tem sido estudado na Assembleia da República, mas haver um regulamento municipal de alojamento local e não autorizar em vários locais. Não significa isto porém que, se termine ou se extinga o ruído criado por turistas, em determinados estados que já foram aqui referenciados. Vamos analisar o assunto, merece muita atenção. A questão da Marina, faço recordar que há três ou quatro anos tivemos ali uma atitude com um bar, não sei exatamente se era este que deliberamos em sessão de Câmara que encerrasse à meia-noite e enquanto não se verificasse a situação. Evidentemente que vai ter de ser fiscalizado, vai ter tido em conta, o senhor Vice-presidente está aqui, com certeza que também registou, ele já tinha ouvido falar neste registo deste ruído na marina, mas não



tínhamos chegado, segundo consta nenhuma reclamação por escrito. A questão das licenças especiais de ruído que estão passadas terão de ser refletidas ou provavelmente algumas delas até anuladas e terá de haver alguma ação mais musculada neste campo, senão torna-se realmente impossível, como alguém dizia, não podemos deixar que isto tudo aconteça, todos sabemos que estamos numa fase em que, depois de dois anos de confinamento e de todo esse isolamento que as pessoas passaram, verifica-se que as pessoas estão ansiosas para ver esse tipo de manifestações, de convívio, de alegria, mas de qualquer das maneiras temos de meter a mão nisto. A senhor Susana e senhor António com certeza que vamos ter em conta todas essas situações e vamos analisar isto, talvez em conjunto com algumas associações do setor, nomeadamente a associação de alojamento local, sei que há situações que já têm regulamento, como digo, não sei se o regulamento é a solução total para este tipo de problemas, pode não ser mas também pode melhorar e o objetivo é melhorarmos. Porque nós temos de conviver com vários tipos de turismo, não temos de ter excesso em coisa nenhuma, todas essas situações vão ser revistas. Senhor Miguel depois quero falar consigo, mas por causa da questão do condomínio. A D. Ema Encarnação falou dos campos de férias, faço recordar que os campos de férias foram iniciados há alguns anos pela Câmara Municipal, no sentido de ocupar as crianças de uma forma pedagógica e lúdica durante um período de paragem letiva no verão, nem todas as crianças se inscreviam. Até fui um pouco o mentor desses campos de férias, o objetivo era que outras associações e clubes pegassem nestes assuntos e fizessem eles próprios esses campos de férias, para além da educação que se possa dar às crianças de uma forma lúdica, também ajudar e colaborar com os pais no sentido de ocupar as crianças enquanto os pais estão a trabalhar. Nos primeiros anos houve um bom acolhimento por parte de alguns clubes, o Clube de Ferreiras, o Imortal Desportivo Clube, não sei se o Guia Futebol Clube também, mas acho que sim, e ultimamente a situação tem vindo a descer e a decrescer em termos de interesse dessas associações, de terem essa atividade. Tudo isto dá muito trabalho e é preciso pessoas para todas essas situações, porque um grupo de crianças relativamente pequeno precisa logo de duas ou três pessoas adultas para tomar conta, porque não é fácil e não vá acontecer qualquer problema de maior gravidade, alegando depois que não havia pessoal suficiente. Estamos numa situação e todos os empresários e ouvimos falar que há pouco pessoal para trabalho, há imensos estabelecimentos de restauração e bebidas, restaurantes que fecham uma determinada parte do dia, não servem almoços, por



exemplo, porque não há pessoas. Ainda há bocado falava com um empresário, que fala-se muito nos jovens das escolas, e estava aflito porque não tinha pessoas e as pessoas que tinha eram jovens que não tinham consciência e a responsabilidade que é estar a trabalhar. Isto é difícil, é um ano que extremamente difícil depois de todas estas incertezas, a certeza que já passou que foi a questão da pandemia durante dois anos, não está terminada mas está adormecida, digamos assim, mas já vem outras doenças conforme sabem, veio a questão da guerra, que vai ter influências muito mais drásticas que a própria pandemia, por exemplo, há muitas empresas a pedir para se rever a questão do contrato que têm, seja de prestação de serviços seja de empreitadas, porque todos os preços alteraram e foram apanhados no meio sem qualquer possibilidade de aguentar todos os custos que têm para prestar os serviços que precisam de prestar e que está contratado, até já há legislação do Governo sobre essa matéria. Os campos de férias vamos tentar ver, este ano houve um aumento exponencial dessa situação, o pessoal é muito pouco, tem de haver sempre um acompanhamento, tem de ser monitores, tem de ser auxiliares, tem de ser uma série de gente que para além de monitorizar a parte dos conteúdos, das atividades também tem de haver vigilância, tem de haver todo o outro processo logístico de limpeza. Mas vamos ver a situação, os critérios independentemente de as pessoas acharem que os critérios não são bons, os critérios são sempre discutíveis, tem é de haver sempre critérios, se não houver então é pior, mas vamos tentar perceber estas questões e rapidamente ver se se consegue minimizar um pouco o problema. Mas não é muito fácil derivado à questão do pessoal. O senhor Vítor Gonçalves, falou na questão do trânsito na zona do Montechoro, o trânsito passou a ser num sentido na maior parte daquelas ruas precisamente para proporcionar algum estacionamento longitudinal nas vias, a razão foi essa. Eu farei com que dentro de poucos dias, está aqui o senhor Diretor, Engenheiro Batalha que irá com certeza, com a engenheira Fátima irá falar consigo e ver qual a melhor situação para tentar resolver o seu problema. Relativamente á questão do senhor Joaquim Guerra, vai ser respondido por escrito. Em relação ao senhor Comandante Abel Zua, faço registar que esta questão do ecógrafo, está adquirido já há bastante tempo e por uma questão de falta de oportunidade, foi durante o confinamento que ele foi adquirido, tal e qual como alguns ventiladores foram entregues a entidades estatais. Com certeza que se eu comparasse tudo aquilo que a Câmara apoiou esta ou outras Câmaras quaisquer, entidades que são da responsabilidade da Administração Central, nomeadamente a GNR, o que está a dizer é que a Câmara não



devia sequer apoiar essas entidades, a GNR, o Centro de Saúde, apoiou muito essas entidades e são entidades que dependem diretamente e totalmente da Administração Central. Nós não somos alheios a essa problemática da falta de ambulâncias, temos adquirido algumas, não só em termos de Câmara mas noutros locais. O INEM, comparando com aquilo que disse, já é a segunda vez que ouvi isso, comparando com o concelho de Loulé, o número de ambulâncias que o INEM tem no concelho de Loulé e o número de ambulâncias que tem aqui, por aquilo que me parece e por aquilo que poderá parecer a toda a gente é completamente injusto, até porque Albufeira precisa de um reforço, tenho chamado sempre a atenção, no verão, tal e qual como se reforça a nível das forças de segurança, nomeadamente a GNR, que é a força de segurança que tem o concelho. O ecógrafa foi adquirido nessa circunstância, não foi adquirido agora, não foi uma situação nova, foi uma situação que por falta de oportunidade não tinha sido ainda entregue. Iremos estudar essa questão das ambulâncias, iremos estudar a possibilidade de adquirir mais uma ambulância, mas depois é preciso que haja pessoal. Mas esta não resolve o problema das ambulâncias do INEM claro, o INEM deveria e deverá ter em conta toda essa situação de ter mais ambulâncias disponíveis no concelho de Albufeira.”- Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

José Vila-Nova: “Boa noite a todos, apenas para parabenizar a equipa de infantis A do Futebol Clube Ferreiras, conquistaram o campeonato distrital do Algarve em futebol de nove. Parabéns a todos.” -----

Carla Madeira: “Boa noite a todos, venho falar sobre mobilidade e Paderne. Quando me mudei para Paderne há doze anos atrás, os miúdos estavam aqui na escola e tínhamos autocarros que os levavam daqui de Albufeira para Paderne até à oito da noite. Há cinco ou seis anos atrás, os autocarros passaram a ser até às sete e meia da noite, isto não são autocarros que vão diretamente para Paderne, vão para Messines, Boliqueime, via Paderne portanto dão boleia àqueles que moram em Paderne. Há cerca de um ano atrás fiquei a saber que o último autocarro que passa em Paderne é às dezoito e quarenta e cinco. Isto é uma afronta a todos os fregueses daquela freguesia. A partir desta hora Paderne fica literalmente isolado de tudo se não houver um transporte particular, ou seja, quem perder o autocarro como aconteceu a um filho meu há pouco tempo, a minha



preocupação vai com quarenta famílias que vão para lá morar brevemente, como é possível que às dezoito e quarenta e cinco parta o último autocarro de Albufeira em direção a Paderne? Depois quem quiser ou pede a um familiar ou um vizinho ou paga um Uber por vinte e cinco euros a corrida. Acho que é inadmissível, deixava uma sugestão ao executivo: que arranjasse nem que fosse provisoriamente uma linha que fizesse um trajeto entre a praça nova e a rotunda das Ferreiras, para que as pessoas possam ir de Giro de Albufeira até às Ferreiras e depois consigam ir até Paderne, porque é mais fácil fazerem este trajeto e ficarem no centro de Paderne e alguém que vá buscar as pessoas a Paderne do que deslocarem-se a Albufeira um vizinho ou um familiar que seja. O segundo assunto tem a ver com a causa animal e tem a ver com um problema que já vem de longe que se passa no bairro social em Paderne. Há uns anos atrás cheguei a tirar alguns animais presos, onde hoje estão as novas construções feitas pela Câmara e há cerca de três semanas fui tirar animais presos no terreno em frente ao depósito de água que pertence à Câmara também. Encontrei lá os supostos donos que me disseram que tinham lá os animais com autorização da Câmara. Eu não creio que isto seja verdade, como é óbvio, só queria que a Câmara tivesse atenção, quando nós informamos estas situações, quando fazemos denúncias que nos respondessem em tempo útil, para não termos animais lá quinze dias, três semanas presos só a água. Aquilo é um terreno que se forem lá é pedaços de frigoríficos, é restos de camas, é uma nojeira. Era essa a chamada de atenção, que se verificasse isso e quando houvesse alertas, que fossem vistos." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, nesta intervenção não irei dar os parabéns a um evento específico, porque no último mês houve imensas feiras, arraiais e eventos pelo concelho de Albufeira. Assim sendo, felicitamos todos os Presidentes de Junta Albufeira e Olhos de Água, Ferreiras, Paderne e Guia e o executivo pelo dinamismo e pela promoção destas iniciativas que são sempre uma mais-valia para o concelho. No entanto esperemos que não se esqueçam que Albufeira não é só festas, feiras e concertos, temos graves problemas a vários níveis, nomeadamente a nível da segurança dos nossos jovens da nossa cidade, na ação social, na mobilidade urbana, na limpeza, na saúde, entre outros. Neste contexto não basta resolver os problemas existentes, mas sim paralelamente planear e definir uma estratégia adequada sobre o que queremos para a nossa cidade, só assim teremos a melhor cidade do mundo para vivermos. Posto isto, finalizo com uma preocupação já aqui referida noutra Assembleia, senhor Presidente e



senhora Vereadora da educação, chegamos ao final do ano letivo e não há qualquer evidência de quando irão começar as obras na escola EB2,3 Dr.º Francisco Cabrita. Daqui a dois meses e meio um novo ano começa e o problema continua, a escola não tem salas suficientes para a quantidade de alunos que tem vindo a receber nos últimos anos, isto faz com que os alunos desta escola tenham um horário péssimo. Assim, gostaríamos de saber qual é o ponto de situação e quando começam as obras de ampliação nesta escola?”- Leonardo Paço: “Boa noite a todos, não podia deixar de esclarecer algumas pessoas, entre elas, alguns colegas deputados aqui da Assembleia, a razão pela qual eu não me candidatei à Comissão de Acompanhamento do PDM. É muito simples, os princípios que eu exijo aos outros em primeiro lugar pratico-os eu mesmo. Como a minha atividade profissional trabalha direta ou indiretamente com este instrumento de trabalho, achei que não fazia sequer sentido candidatar-me. Em segundo lugar, porque considero que o PS está muito bem representado com os dois elementos escolhidos, gostaria de todo é que este processo fosse célere, pois o PDM é um instrumento fundamental para o desenvolvimento da nossa cidade. Este PDM que se encontra em vigor é de maio de mil novecentos e noventa e cinco, o que só por si deixa logo bem clara a sua atual eficácia, tem faltado vontade política para avançar com este instrumento, que é da maior importância para o nosso concelho. Depois, saber em que ponto é que se encontra o índice de avaliação dos funcionários camarários em relação ao ano de dois mil e vinte? E porque razão os funcionários camarários que atingiram os dez pontos nesse ano ainda não receberam os respetivos aumentos? Quando o valor dos mesmos já se encontrava cabimentado no orçamento de dois mil e vinte e um. Esta questão é, obviamente, para o senhor Presidente da Câmara. Também gostava de pôr uma questão ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, no seguimento da situação que houve com a nossa deputada Mónica Félix, gostaria que o senhor Presidente me esclarecesse se quando o senhor Vice-presidente, Doutor por extenso, Cristiano Cabrita trás por diversas vezes a este plenário propostas suas, se a sua mãe e a sua esposa ao estarem a votar essas mesmas propostas não estarão a ocorrer no mesmo conflito de interesses que foi invocado à nossa referida colega?”-----

Presidente da Assembleia: “Isto foi uma questão que foi abordada na conferência de líderes, e que foi discutido esse assunto. Eu tenho uma opinião pessoal, eu entendo que não há conflito de interesses, porém deixei à consideração da conferência de líderes e à consideração desta Assembleia, se o entenderem, pedir um parecer relativamente a



esta matéria. Não entendo haver aqui conflito de interesses, porém fiquei de fazer um contato telefónico com a ANAM, no sentido de saber se efetivamente haveria aqui algum conflito ou algum problema, na eventualidade de surgirem quaisquer dúvidas, farei como habitualmente, solicitarei um parecer para que não restem dúvidas acerca deste assunto.”-----

Inês Mendonça: “Boa noite a todos, a quinze de dezembro do ano passado, na qualidade de deputada municipal fiz uma intervenção em sessão da Assembleia Municipal, onde questionei o executivo acerca da existência de um regulamento municipal que estabelecesse critérios para a concessão e atribuição de apoios financeiros às associações e grupos. Referi ainda que tinha conhecimento que já estaria elaborado esse regulamento e o mesmo já tinha sido submetido a apreciação pública, mas que ainda não tinha sido objeto de aprovação. Em resposta a esta minha intervenção e nessa mesma sessão, o senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou a existência desse regulamento e reconheceu a sua relevância, tendo por fim referido que o mesmo iria ser brevemente submetido a aprovação e ter dessa forma aplicação prática. Volvidos mais de seis meses, continuamos exatamente no mesmo ponto, ou seja, sem a aprovação desse regulamento, que mais uma vez friso, é de grande importância, pois só através deste documento conseguir-se-á garantir melhor transparência e controle na concessão e distribuição dos apoios ao associativismo. Por isso a pergunta aqui deixo novamente ao senhor Presidente é a seguinte, quando irá ser aprovado esse regulamento, cuja necessidade é reconhecida por todos?”-----

Carla Vieira: “Boa noite, hoje a minha questão é muito simples, tem a ver com um pedido de esclarecimentos sobre os fogos que foram construídos em Paderne. Gostaríamos de saber quando é que vão ser colocados à disposição das pessoas, o que falta fazer? Porquê o atraso? Porque temos conhecimento que os quarenta fogos ainda não estão em condições perfeitas e estamos cientes que é de absoluta necessidade das famílias que o pretendem habitar.”-----

Domingos Coelho: “Boa noite a todos, gostava de trazer aqui a questão das alterações climáticas, penso que nunca é demais e particularmente a situação da escassez da água no Algarve. Dois números, em relação a maio do ano passado face a maio deste ano há cerca de seis virgula quatro milhões de metros cúbicos a menos e vamos entrar no verão de vinte e dois com menos água que saímos no verão de vinte e um. Para além disso, perspectiva-se um ano turístico em grande, daí a necessidade de tomar medidas no



sentido da poupança da água, para além da água, em todas as questões ambientais. Daí que hoje já não basta dizer que os expressores estão mal orientados e que regam o alcatrão, não basta dizer que não há rega a partir de água tratada de Vale Faro ou de outras estações de tratamento, não basta dizer que a rotura dos tanques do Páteo continua. Penso que é preciso ir mais além, é necessário criar um plano de adaptação às alterações climáticas de forma a minimizar esses efeitos e penso que um plano que traga coisas novas e acima de tudo que traga metas, objetivos, e uma avaliação anual, ou seja de onde se partiu e onde se chegou, por exemplo, a substituição da relva por plantas autóctones, da relva por gravilha pintada com algumas plantas pouco consumidoras de água, por exemplo, aprovar piscinas desde que o proprietário tenha um reservatório igual ou superior à piscina, como as antigas cisternas, por exemplo, edifícios públicos nas suas caves contemplem sistema de reservatório de água. Eu lembro-me que, já há muitos anos vivi em Évora e num dos projetos de construção habitacional, as caves eram exatamente destinadas a reservatórios de água, numa altura que tinha brutal problema de água. Ou seja, julgo que nós não temos noção da calamidade, espero que não, que por aí vem, porque o consumo cada vez é maior, basta percorrer os nossos terrenos para ver as novas plantações que consomem bastante água. As famílias cada vez gastam mais água e cada vez chove menos. Eu diria que, provavelmente daqui a uns anos estaremos bem pior do que estamos hoje, basta irmos à estatística recente, se este inverno não chover acima da média para o ano estamos muito pior do que estamos hoje. Deixo aqui o alerta, no fundo eu diria um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, no sentido da poupança de água já. Há dias, passando por Ferreiras e pela rotunda dos golfinhos estavam bastante vento e grande parte da água, o jato saia fora do sistema de recolha e perdia-se no alcatrão. Hoje não tem sentido, é um mau exemplo para todos os munícipes. Já deveria de haver campanhas a nível nacional no sentido de poupança de água. Outra situação que tem a ver com um problema mais local, o problema do estacionamento, faço lembrar que com a construção destes edifícios junto às finanças perdeu-se ali um grande estacionamento. Por trás desse edifício, em frente ao Montepio, há uma faixa de terreno que está ali abandonado, em pasto, que se fosse aproveitada, julgo que a Câmara poderia, tanto quanto sei aquilo é particular, adquirir aquele terreno e ali fazer um estacionamento em espinha que daria para trinta ou quarenta veículos."--

Margarida Guilherme: "Boa noite a todos, venho falar de uma questão de morte, é uma questão de humanização. Todas as instituições são uma enorme máquina burocrática e



as Câmaras não são diferentes. Esta Câmara certamente que faz um trabalho magnífico em muitas situações, não consegue prever tudo e esta é uma situação que com certeza não conseguiu prever. Eu gostaria de chamar a atenção do senhor vereador ou da pessoa responsável. Aconteceu o seguinte, há um cidadão desta terra que faleceu há dez dias atrás, o hospital de Faro, como têm a noção, espero que nenhum de nós precise nos próximos tempos, porque está numa situação caótica, com diversos pisos com falta de médicos, etc, obstetrícia fechada e outras coisas. Este senhor faleceu às duas da manhã de dia onze passado, ligou para casa às duas da manhã a dizer à esposa que estava com falta de ar e a esposa ligou para o hospital a pedir que alguém se dirigisse à cama do marido porque ele estava com falta de ar. A enfermeira respondeu-lhe que tinha quarenta pacientes e que não tinha nenhum médico para mandar. Isto é muito triste, eu já lá estive três vezes, graças a Deus para ter três filhas, mas este senhor foi para encontrar a morte. Isto depois de ter ido de helicóptero para Lisboa, ter sido operado por causa de uma bactéria que apanhou, estava em franca recuperação, muito contente, os médicos muito contentes e a recuperação resultou em que, às duas da manhã, por falta de ar e por falta de médico acabou por falecer, uma hora depois telefonaram à esposa a dizer que o marido faleceu. Isto é bastante perturbador, esta senhora, que por acaso é funcionária desta edilidade e é muito minha amiga, casada com este senhor inglês, pediu-me ajuda, eu fui madrinha de casamento e eu durante quase dez dias tentei ajudar no que pude, relativamente ao funeral e a outras coisas. Claro que não sou uma agência funerária, não detenho o conhecimento de como funciona tudo, tentei encontrar um capelão, um padre anglicano, consegui em Portimão. O senhor contraiu Covid no domingo passado, depois pedi ajuda ao senhor Padre Flávio, que foi super gentil mas estava ocupado e que me arranjou um Ministro da Comunhão para fazer a celebração do funeral. Pedi também a capela, mas não sabia eu que a capela não era da responsabilidade da paróquia, é da responsabilidade da Câmara. A dor da viúva que já perdeu uma pessoa nestas circunstâncias, por falta de assistência ou sei lá pelo quê, se calhar chegou a hora, como todos nós dizemos, mas chegamos ao cemitério, no passado dia vinte e um, para celebrar, coube-me a mim ler um texto sobre a vida do senhor e eu fiz a gentileza à viúva e minha afilhada de casamento de encontrar alguém para me ajudar a celebrar espiritualmente, foi um Ministro da Comunhão enviado pelo senhor Padre Flávio. Chegamos ao cemitério, convencidíssima que este Ministro da Comunhão ia celebrar na capela e o senhor que lá está, que foi meu aluno, também muito gentil, informou-me que



não podia abrir a capela. Isto ao mesmo tempo que nós ouvíamos chorar a viúva e a filha lá ao fundo porque havia acabado de chegar o corpo. Imaginem o meu desespero quando me é dito que não há capela, faltou pouco para o senhor que ia celebrar dizer também, se não há capela eu não celebro. Isto é muito triste. Foi-me dito pelo rapaz que lá estava, no cemitério, que só se pedisse ao senhor vereador, pressuponho que o senhor vereador Ricardo Clemente. Isto não é culpa do senhor Vereador Ricardo, nem culpa do rapaz que lá está. Foi muito doloroso, não poder ter a capela para poder celebrar dignamente a despedida deste nosso irmão inglês. Para mim, como madrinha de casamento doeu-me imenso, à esposa ainda mais, foi mais uma dor que lhe fui comunicar, que não há capela. Graças a Deus o senhor Ministro da Comunhão celebrou numa sala que existe no crematório. Não foi da melhor forma, mas celebrou-se na mesma. Queria partilhar isto convosco, senhor Vereador precisamos de humanizar os serviços. Os serviços são uma máquina burocrática terrível, então porque não arranjar uma cláusula que permita aquele funcionário que lá está abrir a capela, há um valor para se cobrar? Cobra-se o valor da capela, mas não se diz, na hora em que se está para celebrar uma coisa tão dolorosa, não temos sitio onde celebrar, tenho aqui esta chave mas não posso entrega-la. Isto foi tão mau, doeu tanto. Gostaria de partilhar isto convosco, se fosse possível fazer alguma coisa ótimo. Outra situação que vos trago é a situação dos Tuk-Tuk, a regulamentação dos Tuk-Tuk. Já começou a haver problemas entre motoristas de Táxis e motoristas Tuk-Tuk, uns ocupam o lugar dos outros, param em rotundas, ameaças de pancadas. Já não nos chega os turistas que estão sob o efeito do álcool, senão também problemas entre os próprios profissionais, é terrível. Portanto queria pedir à Câmara, por favor, encontrem alguém que esteja disponível para tratar o mais urgente possível, estamos desde dois mil e quinze, estamos em dois mil e vinte e dois, tratem da regulamentação dos Tuk-Tuk.”-----

Silvia Dias: “Boa noite, o município de Albufeira nestes últimos tempos e as respetivas freguesias têm realizado um conjunto de atividades que há que felicita-los a todos, mas quero realçar uma delas, que foi realizado pela Divisão da Ação Social, em que envolveu os habitantes da ação social, estou a falar do dia da espiga, atividade desenvolvida no centro educativo do Cerro do Ouro. O facto de envolverem os utentes da habitação social é uma mais-valia, porque não é só atribuir uma habitação e temos de trabalhar com estas famílias, dar ferramentas para poderem atingir a sua autonomia. Outra questão que quero realçar, já foi aqui referido, mas nunca é demais voltar a referir, que



é as férias de verão de vinte e dois. Tive com toda a atenção a ler as normas de funcionamento do projeto e reparei que diz lá que o objetivo deste projeto é “dar resposta aos pais e encarregados de educação que se encontram a trabalhar”, critérios é a ordem da data de nascimento dos meninos, isto é, quanto mais velhos os meninos maior facilidade têm em entrar no projeto. O projeto é gratuito, muito bem, jardim-de-infância é no mês de agosto, primeiro ciclo é julho e agosto. Mas constatei, porque também tive direito a um flyer de informação, que nós, encarregados de educação tivemos, que a informação não estava bem de acordo com o que estava nas normas de funcionamento. No flyer está “de onze de junho a vinte e seis de agosto, para o primeiro ciclo. Jardim-de-infância de um a vinte e seis de agosto”. Não sei o que se passou aqui, mas penso que há que corrigir e os pais serem informados a tempo. Questiono aqui uma situação, há muitos pais que os meninos não têm vaga para o campo de férias do jardim-de-infância, como já foi referido, o jardim-de-infância são competências que só a certas entidades que nos pode colocar e não os privados. O que fazer aos filhos? Os pais que trabalham no turismo? Nós queremos um turismo de qualidade, mas para termos um turismo de qualidade temos de dar qualidade às nossas famílias para colocar os nossos filhos em sítios corretos e em segurança. Pergunto, esta Câmara não tem obrigação de dar apoio a estas famílias? Aos nossos residentes que cá trabalham o ano inteiro? E principalmente às famílias que trabalham na área do turismo, que não podem tirar férias de maneira nenhuma no período de agosto. E os que não têm retaguarda familiar? E que não podem tirar férias? O que fazer agora às crianças? Ou trabalhamos ou não. Por isso reforço aqui, será que não dá para abrir mais vagas neste projeto este ano? Outra situação que quero realçar é a carta educativa. A carta educativa constatei que não está atualizada, e sendo um instrumento educativo de planeamento e equipamento educativo, pergunto, não estando atualizada, quando está previsto à Câmara Municipal levar este instrumento ao Conselho Municipal de Educação?” -----

Carlos Mendes: “Boa noite, o ponto que trago aqui é sobre o Autocarro Turístico Douro Azul, sei que para que esses autocarros fossem licenciados tiveram que ter feito um pedido de análise sobre os sítios onde vão fazer as suas paragens. Certamente que foi alguém da Câmara que lhes foi dizer onde é que deveriam parar. Mas quando fazemos esse tipo de serviço temos de analisar vários fatores, por exemplo, esse autocarro apanha os clientes em frente ao Alfagar, esse autocarro vende os bilhetes a bordo, uma coisa é termos esse autocarro a trabalhar no inverno, que vende dois ou três bilhetes e



termos esse autocarro no verão que vende trinta ou quarenta bilhetes a bordo. Isto vai fazer acontecer umas grandes filas de trânsito, porque está parado em frente ao Alfagar e do Alfagar passa do Balaia Village até às bombas do Balaia com as filas. Se quisermos ultrapassar não podemos porque temos uns pins na passadeira, logo é proibido ultrapassar nas passadeiras e os pins ainda mais dificulta. Depois temos na rotunda do Wild & Co, a mesma paragem desse autocarro turístico a fazer o mesmo serviço, a vender os seus bilhetes, e muito bem. Visto que no Alfagar temos uma solução, em frente ao Grande Real Santa Eulália, cinquenta metros mais à frente com um bom parque para estacionar, uma boa paragem para estacionar sem dificultar o resto do trânsito. No Wild & Co temos a situação mais à frente, no cruzamento do Kiss do lado direito, onde está o comboio turístico, onde está o Giro, era muito melhor pôr esses autocarros lá, visto o problema de trânsito que temos. Depois temos outro problema, na Marina, que fez-se e muito bem um parque e alterou-se os táxis para o outro lado. Onde está os táxis, os Tuk-Tuk e as carrinhas de animação turística. Mas uma carrinha de animação turística é para levar o cliente ao evento com a requisição e não fazerem praça como essas carrinhas turísticas estão lá a fazer. O que eu proponho que seja feito em alteração é pôr um timing para cargas e descargas dos clientes nesse mesmo sítio. Porque senão o que vai acontecer, temos lá uns senhores moldavos que montaram uma firma de carrinhas, que começaram com duas e já estão lá cinco, a carregar que clientes? Não os deles, os que era de serviço de Táxi ou de Tuk-Tuk. Qual é o meu espanto que há um rapaz com vinte e poucos anos que está a começar a trabalhar e trabalha num Tuk-Tuk e disse aos clientes que os Táxis estavam lá à frente. Sabem o que aconteceu a esse rapaz no outro dia? Tinha dois ou três moldavos à porta a dizer que se ele repetisse, à porta dele. Resumindo e concluindo, temos Tuk-Tuks não regulamentados, que temos um grande problema que a minha colega há pouco transmitiu, temos essas situações, a nível de regulamentação de transporte temos muito a fazer em Albufeira. Se formos fazer queixa à GNR, dizem-nos a nós que não podem fazer nada porque não temos regulamento camarário. Peço urgência nos autocarros porque está a dificultar muita gente."-----

Carlos Quintino: "Boa noite a todos, o meu primeiro ponto tem a ver com uma deliberação que esta Assembleia tomou no dia dezoito de maio de dois mil e vinte e dois, nomeadamente no que diz respeito às juntas de freguesia. No passado dezoito de maio de dois mil e vinte e dois em sede de Assembleia extraordinária, no decorrer do ponto quinto da ordem de trabalhos, a minha colega Helena Simões abordou os



constrangimentos que esta deliberação poderia vir a tomar, naquilo que é o normal funcionamento das juntas de freguesia, dos apoios concedidos pelo município às juntas de freguesia e por esta Assembleia foi tomada a decisão de que efetivamente esses apoios teriam que se passar pela Assembleia Municipal. Eu deixaria aqui à consideração do senhor Presidente da Assembleia Municipal e desta digníssima Assembleia de que efetivamente esta questão pode não ser uma questão muito prática de se fazer. Vejamos, qualquer apoio a ser concedido pelo município de Albufeira terá que ser ratificado antes de ser concedido, e falamos de apoios simples, como uma simples mesa, cadeira, uma resma de papel eventualmente, e efetivamente tem de passar por aquela deliberação que aqui foi tomada. Nesse sentido apelava que essa deliberação fosse anulada e que se refletisse sobre esse ponto, no sentido de a mesma tomada a dezoito do cinco ser revogada e após novo debate sobre o assunto voltasse a ser apreciada. Porque do ponto de vista prático ou efetivamente passam a vir todos e quaisquer pedidos de apoio para as juntas de freguesia para serem retificados nesta digníssima Assembleia, ou esta Assembleia passa a ter que reunir muito frequentemente. Mas eu deixava à consideração da Assembleia, que é soberana, senhor Presidente, que se pudesse refletir sobre esta questão pratica. Outro ponto tem a ver com um pedido de esclarecimento a esta Assembleia sobre aquilo que é a intervenção dos senhores vereadores na mesma. Sei que existe um parecer da Associação Nacional de Municípios, sobre esta temática e fazia o apelo que pudesse verificar e fazer chegar aos membros da Assembleia esse parecer sobre a intervenção dos senhores vereadores na Assembleia. É um parecer jurídico que tem vinculado durante uma série de anos e tem de certa forma regulado a forma de funcionamento dessa matéria, esta Assembleia e outras no país. Sem estar a fazer aqui qualquer tipo de juízo de valores, pedia que o senhor Presidente pudesse averiguar esse referido parecer que existe da ANMP sobre aquilo que é e tem por título "participação dos vereadores nas sessões da Assembleia Municipal". O outro assunto prende-se com aquilo que é o estado triste que nós presenciamos várias cenas desrespeitosas para com a população, desrespeitosas para com os turistas e que se passa principalmente na Rua da Oura. Já abordei este assunto aqui por mais diversas vezes, é um assunto que efetivamente me preocupa a mim e à bancada do PSD/CDS e nesse sentido queria apelar àquilo que é um trabalho em conjunto para que se possa conseguir uma solução consensual no sentido de, à semelhança de outros países muito perto de nós, e de outras regiões com esse fenómeno do turismo de

copos a passar-se, atitudes que têm sido tomadas pelos governos regionais e pelos alcaides, aqui de Espanha, que de certa forma tentam minimizar os danos. Digo minimizar os danos, porque também tenho consciência, de que do ponto de vista prático aquilo que foi feito não acabou com o problema, minimizou o problema. Acho que é nesse sentido que todos nós nos devemos empenhar, o executivo municipal, a Assembleia Municipal, os técnicos municipais, as associações de comerciantes e empresários e a sociedade civil, no sentido de podermos chegar a um consenso o mais alargado possível, para que Albufeira deixe de ter danos colaterais naquilo que é esse turismo de copos, que como toda a gente sabe, chega e põe e dispõe, faz as figuras tristes que faz, que nenhum de nós certamente teria a coragem de fazer na terra deles e em nada contribui para aquilo que é a imagem da nossa cidade. Precisamos em Albufeira de turismo, mas essencialmente precisamos de turismo de qualidade. Cada vez menos e isto é uma opinião pessoal, necessitamos de turismo de quantidade, precisamos de turismo de qualidade. Em relação ao último assunto que queria aqui deixar à consideração, tem a ver com aquilo que é a necessidade de meios da proteção civil para reforçar nesta época aquilo que são as necessidades, com a quantidade de turistas que temos, com a quantidade de pessoas que vêm para a sua segunda residência e sabendo de antemão que o senhor Presidente tem empenhado nesta temática e tem insistido perante o Ministério da Administração Interna no sentido de ser feito um reforço policial efetivo e até um reforço mais musculado, para que Albufeira tenha ao seu dispor o suficiente em número de meios humanos e também em termos de horário, porque ressalvo, não é só termos os meios humanos, é também podermos ter esses meios humanos e sobretudo esse reforço musculado em determinadas horas, principalmente em horas mais críticas. As horas mais críticas, daquilo que me vão transmitindo são as horas a meio do horário de funcionamento, por volta da uma ou duas da manhã e depois na hora de fecho. Muitas das vezes, daquilo que me tem chegado, na hora de fecho dos bares, dificilmente se encontra essa força musculada. Estarão certamente em algum sítio, mas não se mostram tanto e essa seria também uma preocupação minha, no sentido que efetivamente se dote de meios em quantidade mas também nos horários certos, isso no que diz respeito à GNR e no que diz respeito àquilo que é a capacidade de intervenção do ponto de vista das ambulâncias, também demonstrar aqui a minha preocupação, sabendo que efetivamente há uma enorme dificuldade, que não vem de hoje, naquilo que é a disponibilidade e não se percebe porquê que Loulé tem e Albufeira não tem. Esse é um ponto que, com o devido



respeito e sabendo que o senhor Presidente da Câmara tem feito esforços enormes para que isso possa vir a acontecer, deixava aqui a proposta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, no sentido desta Assembleia poder tomar uma deliberação nesse sentido, para reforçar perante o Ministério da Administração Interna, que eu sei que o senhor também tem, enquanto deputado alguma influencia, pelo menos do ponto de vista opinativo, no sentido de podermos ter esta parte da GNR e na questão da disponibilidade dessa ambulância, durante a nossa época balnear." -----

Presidente da Assembleia: "Obrigado deputado Carlos Quintino, eu vou responder-lhe já, relativamente a duas questões para depois deixar o tempo para o senhor Presidente, quanto à questão inicial relativamente ao assunto que foi deliberado na Assembleia de dezoito do cinco, esse assunto foi deliberado em função de um parecer que veio dos próprios serviços, depois distribuirei o parecer que veio dos serviços da própria Câmara Municipal, que dá indicação de que a competência é da Câmara Municipal em propor, mas a deliberação tem de passar pela Assembleia Municipal. O que não invalida aquilo que o senhor deputado acabou de dizer, que é eventualmente as forças políticas entenderem voltar a trazer o assunto à Assembleia Municipal, por via de proposta do executivo e aqui se decidir em conformidade com aquilo que seja a vontade desta Assembleia. A verdade é que, ele foi remetido para nós exatamente por parecer do próprio executivo. Quanto à outra questão que colocou, irei contactar mais uma vez, mas a ANAM tem um entendimento relativamente diferente, de qualquer das maneiras, para que não haja dúvidas, irei esclarecer a situação, tenho um entendimento diferente também. O parecer que referiu é um parecer da ANMP diferente da ANAM, de qualquer das maneiras farei chegar essa informação, caso haja parecer nesse sentido. Quanto à questão das ambulâncias e ao MAI, devo dizer que ainda hoje estivemos na apresentação do dispositivo em Faro, relativamente ao verão no Algarve e ao verão em termos nacionais, e realmente algumas coisas que ouvi, o dispositivo parece ser um dispositivo que abarcaria as necessidades. Mas, naturalmente só depois de fazermos a análise e só depois de passado o verão é que conseguiremos averiguar se assim acontecerá."-----

Raul Ferreira: "Boa noite a todos, a questão que trago foi colocada no início do ano por mi, e nessa altura foi respondido que até ao verão haveria algum desenvolvimento quanto à questão da construção existente no Cerro Grande, junto à Marina de Albufeira, que desde dois mil e oito continua ali num estado inacabado, manchando a imagem de Albufeira, dando uma imagem de desleixo, de má gerência da própria Câmara Municipal.



O senhor Presidente deve saber, certamente, que a Câmara Municipal tem meios legais para resolver a situação, existe uma coisa que se chama obras coercivas, exista outra figura jurídica que é a posse administrativa e sinceramente não consigo entender por que motivo este município não age em conformidade com a lei. Isto não é uma questão política de querer fazer ou não querer fazer, é uma questão de cumprir o que a lei estipula. Sei que me vai responder que há questões jurídicas entre o proprietário, que neste momento é o BCP e o construtor, mas essas questões em nada influem com a possibilidade da Câmara tomar uma atitude. Efetivamente a paisagem é um bem comum, é um bem de todos nós e a Câmara Municipal tem o dever de cuidar daquilo que é nosso. Portanto, espera-se que este executivo haja em conformidade com a lei. Certamente que se a Câmara Municipal contatar os seus gabinetes jurídicos, que até são escritórios de renome e bem pagos por este município, certamente obtém uma resposta jurídica que vai nos levar a bom porto, é uma execução de um processo certamente que terá um fim que vai resolver a situação que se prolonga há catorze, quinze anos. Outra questão que vinha levantar, já foi falado pelo meu colega de Assembleia Carlos Quintino, efetivamente a questão da segurança em Albufeira. É um problema antigo, recorrente, que se tem vindo a agravar ao longo dos anos, mas a realidade é que neste mandato nada foi feito, tudo continua na mesma, não existe uma solução. Eu sei que é complexo fazer regulamentos e posturas sobre este tema, uma vez que existe reserva de lei constitucional para a Assembleia da República, mas alguma coisa se pode fazer e certamente, se houver vontade política de todos e aquilo não falo só para o executivo, falo para todos os membros desta Assembleia, certamente se consegue obter um resultado positivo."-----

André Lima: "Boa noite a todos, em relação a esta situação da Rua da Oura, quero relembrar que na primeira reunião de Assembleia deste mandato não só por mim, foi falado por mais pessoas em relação a esta situação, mas parecemos aqui aquele peixinho a Dory, que sete segundos depois esquecemo-nos do que se passou no ano passado e nos anos todos anteriores e que tem vindo a agravar. Eu espero que, em setembro, outubro ou novembro não voltemos a essa conversa do "não é assim tão mau, não é assim tão grave", neste momento não há muito a fazer para este ano, mas pode-se começar a pensar para a frente o mais cedo possível, e ontem já era tarde. A segunda situação, estive a ouvir o Presidente há pouco, nas respostas que estive a dar ao público e ficou-me uma passagem, eu nem sequer era para vir aqui intervir, disse que há empresários



que têm jovens a trabalhar, que não têm noção da responsabilidade do mundo do trabalho. Sinceramente nem percebi muito bem qual era o enquadramento disso, de onde veio, mas gostava de fazer notar que este tipo de discurso, de desresponsabilização dos empresários em detrimento dos trabalhadores me parece desrespeitoso para estes últimos. Pelo que se ouve e pelo que se vê, em relação às condições de trabalho e de remuneração com certeza teríamos muito mais adultos responsáveis, muito mais gente a trabalhar se alguns desses empresários não quisessem, como se diz em bom português, ganha-lo todo de uma vez e oferecessem as condições dignas às pessoas. Porque neste momento nem sequer existe a justificação que é utilizada muitas vezes, do negócio estar fraco, antes pelo contrário, Albufeira está completamente cheia, eu sei que isto é uma situação que nos ultrapassa na Assembleia, mas como o senhor Presidente trouxe aqui não queria deixar de assinalar esta ordenação de prioridades."-----

Helena Simões: "Boa noite a todos, não iria intervir nesta temática, mas achei por bem complementarizar a informação prestada pelo meu colega de bancada e de alguma forma repor o que foi a proposta da Câmara no ponto cinco da ordem de trabalhos de dezoito de maio. Não estou a discutir o teor do parecer, a proposta em si era um pedido a esta Assembleia para delegar a competência no órgão executivo. Depois de lida a lei eu constatei o seguinte facto: primeiro, existe a possibilidade de certos atos serem ratificados, se forem exercidos pelo Presidente da Câmara, serem ratificados pelo órgão executivo em sessão de Câmara, mas não existe a possibilidade de ratificar atos exercidos pelo órgão executivo em sede de Assembleia Municipal. O que para mim, juridicamente falando, cria-me aqui um vazio legal. Porque ainda que exista um artigo específico para o Presidente, não existe um artigo específico para a Assembleia Municipal, o que quer dizer que a mim, poderemos todos estar aqui a incorrer o risco de, porque todos os pontos do décimo primeiro ao ponto décimo quinto já foram bailes e bailaricos e festas que já ocorreram, em que os apoios já foram prestados, a decisão foi tomada pelo órgão executivo, em sessão de Câmara, ou pelo Presidente da Câmara e depois ratificado em sessão de Câmara e neste momento, se não ratificarmos caímos aqui num vazio legal que eventualmente, quem beneficiou do apoio vai ter que o devolver e quem prestou o apoio pode ter cometido uma ilegalidade. Só chamo a atenção para esta questão, foi aquilo que eu tentei assinalar a dezoito de maio. Não foi esta a temática que me trouxe aqui hoje foi um bocadinho mais macro do que aquilo que temos vindo a falar, porque nós não vivemos numa ilha, vivemos numa região chamada Algarve e por

consequência, num país chamado Portugal, e acho que é importante, face ao agudizar de algumas situações, e tem vindo a ser colocado a olho nu algumas fragilidades do sistema e face à abordagem sistemática deste governo em funções, que é de reagir e não agir preventivamente, importa abordar a situação sem qualquer pudor. Primeiramente, recorro que a maioria neste momento a governar o país votou contra uma proposta do PSD em sede de Orçamento de Estado que visava uma redução real e efetiva das portagens da Via do Infante, que consistia em síntese, uma redução aplicável aos veículos de combustão, bem como majorar tal desconto nas portagens a veículos não poluentes, conhecidos como veículos elétricos. Tal ocorre a existência de uma via alternativa capaz que permita a locomoção sem custos adicionais. Ainda que o Governo atualmente em funções tenha descido a taxa de juro do ISP é notório que continua com sérias dificuldades em manter estável o preço dos combustíveis em Portugal. O aumento dos combustíveis, o aumento da inflação, o custo das portagens da Via do Infante, o custo de vida no Algarve, etc, os algarvios continuam a empobrecer a olhos vistos. Ocorre que, ao invés de preventivamente e estruturalmente intervir, o Governo nada faz, deixando que a situação no Algarve se agrave, tal como recentemente temos vindo a assistir, na problemática da saúde, que tem afetado de norte a sul, mas que no Algarve já não é a primeira vez que se vive. O que ora assistimos não aconteceu da noite para o dia, antes pelo contrário, os ameaços e ameaças foram mais que muitas e perduraram durante muito tempo até o colapso de algumas estruturas e serviços. Mas este Governo, ou este PS tem assobiado para o lado negligenciando um dos direitos mais fundamentais dos portugueses, que é o direito à saúde. Não podemos nem devemos ser complacentes com esta demissão das suas funções primordiais, na qual estivemos na iminência de que tratamentos oncológicos como os de radioterapia se passassem a realizar em Sevilha, na qual estivemos com os serviços de urgência de ginecologia e obstetrícia encerrados, nos quais existem turnos que não obstante os equipamentos estarem ao dispor, não existem técnicos para operar tais equipamentos, na qual existe falta de médicos generalistas, de especialidade, enfermeiros, enfim, tudo falta e a culpa morre solteira. Como algarvia que sou há duas décadas, já fui confrontada com a dura realidade do SNS no Algarve, já vi o meu filho ser transferido para o Hospital de Santa Maria a uma sexta às oito da noite, por suspeita de traumatismo craniano e porquê? Porque o Hospital de Faro, obstante tinha o equipamento à data, mas não tinha técnico para realizar um TAC no momento, porque estava encerrado das seis da tarde de sexta-feira até às oito da manhã de



segunda-feira. Já vivi na pele também, porque tenho uma avó com noventa e quatro anos que gostaria de beneficiar da sua reforma no sol algarvio, mas por receio do estado do SNS não o faz. O que importa reter é que os algarvios não são meros sujeitos passivos que se limitam a pagar impostos, têm e devem ter acesso a uma vida condigna em contraprestação do tributo que pagam e da riqueza que criam para o país. Muitas vezes, principalmente ao longo dos últimos tempos e mais concretamente em matéria de saúde, as alusões que são dadas ao estado da nossa saúde pública é a de terceiro mundo. Chegando eu a acrescentar que somos tratados de uma forma desumana, não pelos médicos e enfermeiros, mas por quem deveria providenciar por nós, o Estado, entenda-se o Governo. É incrível, é que os que mais reclamam no concelho e que o fazem muitas vezes por tudo e por nada são os primeiros a apoiar quem tão mal nos governa. Efetivamente eu gostaria de saber em que ficamos, se existem dois pesos e duas medidas?"-----

Luna Silva: "Boa noite, chegado o verão, iniciada a época sazonal quero congratular o executivo e todas as entidades responsáveis pelas praias que ajudaram que a cidade de Albufeira fosse distinguida pela qualidade das suas praias e tornar-se assim líder nacional em praias qualidade de ouro, praias zero poluição e praias com bandeira azul. Felicito ainda os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, da Guia, de Paderne e de Ferreiras, pela iniciativa e pela organização das festividades. Senhor Presidente, no dia onze de novembro de dois mil a Câmara Municipal celebrou um contrato de execução de empreitada de remodelação da Rua do Pacífico, com a empresa Hidralgar, equipamentos eletromecânicos S.A. A empreitada foi contratada no valor de quinhentos e vinte e oito mil duzentos e setenta e um euros e vinte e dois cêntimos acrescido de IVA. Na cláusula terceira do contrato ficou estabelecido que os prazos que constitui a empreitada seriam executados no prazo de noventa dias, contados da data do auto de consignação de trabalhos, o qual deveria ser elaborada no prazo máximo de trinta dias. Na Assembleia Municipal de catorze de março de dois mil e vinte e dois, quando intervim sobre esta obra, solicitei o caderno de encargos, a fim de analisar o conteúdo do mesmo. Reunida a documentação, é facto contratual que a obra tinha um prazo de execução de noventa dias. Contudo, um ano e meio depois a obra aparentava estar inacabada. Ora, a não execução de um prazo estabelecido num contrato, face à lei é incumprimento contratual e é pressuposto resolução contratual. Contudo, podem ter ocorrido situações que justificassem este atraso. Por isso senhor Presidente, pergunto-



Ihe, questiono se houve algum aditamento ao prazo da conclusão das obras? Se tal não ocorreu, o partido CHEGA pretende esclarecimentos quanto à demora da conclusão desta obra. Por fim, no passado dia trinta e um de maio, foi celebrado um contrato de locação de máquinas com operador, ajuste direto número zero dez barra dois mil e vinte e dois, entre a junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água e a empresa Jevop, construções S.A., com o objeto principal a adjudicação para a locação de máquinas com operador para regularização do caminho de freguesia de Albufeira e Olhos de Água denominado estrada da Rocha Baixinha. O contrato, apesar de ter sido celebrado com a junta de freguesia inerte especial relevância nas suas cláusulas, nomeadamente a cláusula nove, que estabelece que as máquinas a alocar a empresa seriam máquinas de extração mineira e pedreiras e equipamento de construção. O partido CHEGA pretende obter alguns esclarecimentos quanto à maquinaria usada na obra, nomeadamente se a mesma utilizada diz respeito ao contrato celebrado ou se ocorreram no local outras obras que justificassem outra maquinaria que não a constante no contrato e que assim o justificasse."-----

Presidente da Câmara: "A Carla Madeira falou da mobilidade relativamente a Paderne, isto é um problema com os transportes, independentemente da hora que seja o último, pode haver sempre alguém no limite que perca o autocarro. Apresentou uma sugestão que é válida, como disse sempre e repito, o contrato do Giro está para visto no Tribunal de Contas, dentro de pouco tempo poderá estar visado, ou não, quando isso acontecer temos de estudar uma situação, não apenas de Paderne mas também outras situações. As empresas têm falado e eu tenho essa noção, é do conhecimento de todos a falta de pessoal para trabalhar em determinado tipo de empresas na indústria hoteleira, ainda é agravada pelos transportes que não servem determinadas zonas do concelho. Evidentemente que isto não competirá de uma forma direta à Câmara fazer esta situação, mas vamos trabalhar nela e acho que é importante; Paderne merece maior atenção nesse aspeto. Relativamente à causa animal, com certeza que a senhora Vereadora já registou o assunto para ter o devido tratamento. A Mónica Félix falou das obras na escola Francisco Cabrita, estão com o projeto praticamente terminado, portanto dentro de pouco tempo esperamos ter o projeto de especialidade arrumado e vamos ter as obras iniciadas. Não posso é precisar a data em que isso poderá acontecer, no entanto terá de ser no mais curto espaço de tempo, por forma a que venha a entrar em funções as salas ali criadas, não no próximo ano letivo, que é impossível, mas no outro



a seguir. Relativamente ao senhor Leonardo Paço, falou na questão do PDM, faço recordar que já tivemos reuniões com o pessoal técnico e todos os membros do executivo e estou para agendar uma reunião com as pessoas que ficaram na comissão de acompanhamento do PDM da Assembleia e no fim da Assembleia vou falar com o senhor Presidente para marcarmos, talvez de hoje a oito dias. A questão do SIADAP irei ver o que se passa, foi tratado, não há aparentemente razão nenhuma que se esteja a dever esse dinheiro. A Inês Mendonça falou dos critérios de distribuição de verbas de atribuição de subsídios e verbas para o desenvolvimento da atividade das várias associações, tal e qual como disse na reunião de Câmara, espero que isso aconteça, a Dra. Carla Farinha deve estar atentamente em casa a ver através do Youtube, amanhã vou-lhe pedir que envie para o Presidente da Assembleia Municipal esses regulamentos todos que existem sobre essas matérias, existe o desportivo, existe a questão dos estratos mais carenciados, existe uma série de regulamentos que podem ser enviados no mais curto espaço de tempo. A Carla Vieira falou nos fogos de Paderne, convém ser o mais rápido possível, obviamente, a fase de arranjos exteriores está a terminar, o mobiliário penso que também já está em andamento, dentro de pouco tempo fica o assunto encerrado, pelo menos para algumas delas e ficarão as outras para evoluir com o processo. O deputado Domingos Coelho apresentou uma questão sobre a água, eu tenho falado muito sobre a falta de água, a falta de água preocupa muito mais que a água a mais e se chover o mesmo ou pouco mais que aquilo que choveu este ano, para o ano vai ser um ano péssimo. A zona do barlavento já está com sérios problemas com a falta de água, esperemos que o problema se minimize durante o próximo inverno. A questão da rotunda das Ferreiras, que teve a deitar aquela água toda para fora, por acaso passei lá no momento em que isso estava a acontecer e havia uma rotura lá que depois foi fechada, não sei se depois já foi reparada. Relativamente á questão do estacionamento, vou ver a possibilidade disso vir a acontecer. A Margarida Guilherme apresentou uma questão sobre o hospital e sobre a capela, o Estado não tem religião, portanto aquilo não é de nenhuma religião, é o local onde se faz as celebrações de acordo com a religião. Vamos ver isso. O regulamento dos Tuk-Tuks, faço lembrar que tal e qual os Tuk-Tuks, os TVDEs, basta apenas um registo nacional de animação turística e essas viaturas estão aí a fazer serviço. Evidentemente que poderão dizer que pode haver a questão da regulamentação nos municípios, há municípios que têm, há outros que não têm, depende da quantidade. Estamos atentos a isso e penso que para o ano isso estará resolvido, não



é uma situação fácil de resolver de imediato, até porque também temos algumas normas, sobre a fonte de energia que os movimenta, em vez de ser a gasolina, ser a eletricidade, viria a ajudar muito. Penso que essa matéria deveria ter sido acautelada na altura pelo Governo, eu nunca compreendi porquê que os táxis têm que ter concurso municipal e porquê que os TVDEs, os Ubers não têm de ter. Cada vez que ando aí na estrada é raro não ver dois ou três ubers na minha frente, é uma coisa impressionante. Evidentemente que não haverá grandes regras, é uma questão de se estudar, mas não é fácil. Relativamente ao Carlos Mendes, falou na questão das paragens, vamos ver essa situação, penso que tem uma solução relativamente fácil. Em relação à questão dos transferes na Marina, é a mesma situação, temos de verificar o que se passa lá. O Carlos Quintino falou na questão do comportamento humano na rua e dentro dos estabelecimentos de restauração e bebidas. Palma de Maiorca tem feito algumas posturas, nomeadamente conduta sobre os comportamentos a ter na rua e é isso que estamos a começar a elaborar para que para o ano, em consonância com a Assembleia, e haver uma comissão da Assembleia e depois havemos de falar sobre isso, para o ano estar em vigor. Sobre as questões relacionadas com a questão da segurança, tenho uma reunião pedida há uma série de tempo, com o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, responderam hoje que irá ser na segunda quinzena de julho, sem apontar a data. Entretanto criam-se problemas acrescidos, é preciso ver que a GNR também fazendo serviço no interior do concelho, tem também o problema das alfarrobas, pra além do problema da segurança humana à noite, principalmente, o problema das alfarrobas é um problema extremamente importante, até porque o preço que tem são muito mais apetecíveis. O deputado Raul Ferreira falou na questão do prédio que está na Marina, evidentemente que se pode tomar posse administrativa, a Câmara tem essa capacidade, dentro de determinados critérios, ou considerando, não sei exatamente quais são mas com certeza que alguém da parte jurídica poderá avaliar essa situação. Há semelhança daquele prédio, também existem muitos outros e se a Câmara tomasse posse administrativa dos prédios todos que estão, digamos, a desfiar o ambiente em Albufeira, então tinha muito que tomar posse. No entanto tem havido vários empresários que têm manifestado interesse em negociar aquilo com o banco, não tem dado resultados, pelo menos até ao momento, pelo que sei. O deputado André Lima falou na questão dos empresários jovens, eu não fiz apologia nenhuma dos empresários não terem os jovens, só estive aqui a dizer, apenas e só, eu não sou o mau da fita, sempre



me dei bem com os jovens, sempre fui professor, fui diretor de escola secundária durante muito tempo, sabe perfeitamente disso, os jovens têm de ser é encaminhados. Não são é a solução para o problema que temos emergente, e é urgente. E esse empresário falou nesse sentido, que eles não têm o sentido da responsabilidade ainda os empresários não têm tempo para estar a inculcar o sentido da responsabilidade que ele deveria de ter a atender os clientes. Não será fácil, e depois sob pressão o que acontece é que se não estão bem num sítio vão para outro por mais dez ou vinte euros, estão todos por aí ansiosos por ter pessoas. Relativamente à deputada Luna Silva, falou na questão da Rua do Pacífico, o engenheiro Batalha com certeza que irá enviar dentro de pouco tempo, para o Presidente da Assembleia Municipal que depois enviará à Luna Silva. Sobre a questão do contrato feito com a junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água por causa da estrada da Rocha Baixinha, não faço a mínima ideia, tem de fazer essa questão à junta de freguesia e não à Câmara."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Coimbra: "Gostaríamos de pedir alguns esclarecimentos ao senhor Presidente, constatamos que na página vinte e três foi aberto um concurso público para fornecimento contínuo de fardamento para o município de Albufeira, no valor de duzentos e trinta e nove mil euros que acrescem os quase oitocentos mil euros já gastos até trinta e um do doze de dois mil e vinte e um. Numa altura em que o município se encontra com falta de verbas e perante uma crise social económica que nos assola e que não tem fim à vista, continuar a gastar verbas tão elevadas, consideramos que é totalmente contracorrente. Será que é absolutamente necessário? Verificamos ainda, na página vinte e cinco da informação do senhor Presidente, que foi adjudicado por



ajuste direto a aquisição de serviços de concessão e produção do programa de animação OPTO 2022, à empresa circulopalino publicidade unipessoal, lda., questionamos qual o critério utilizado para este ajuste direto, visto não ser a primeira vez que questionamos acerca do critério para a seleção desta empresa, nomeadamente os doze mil euros para os prémios de Sophia e agora o OPTO e não obtivemos qualquer resposta do executivo sobre estes critérios."-----

Carla Vieira: "Constatamos na página vinte e oito do relatório de atividades da informação do senhor Presidente, foi adjudicado à empresa Triconsulte, serviços de apoio e gestão, lda., por ajuste direto diversos serviços de consultoria e elaboração de código de conduta. A nossa questão prende-se com o facto de pelo menos desde o ano dois mil e dezanove, conforme consta nas atas das reuniões de Câmara, realizadas a sete de maio, a quatro de junho, a dois de julho e a vinte e um de janeiro de dois mil e vinte, durante a vigência do anterior mandato, que a questão de comportamentos de muitos dos jovens que nos visitam provocavam desacatos e conflitos na via pública, situação que é recorrente há bastante tempo e que o senhor Presidente à data disse que já estava a ser elaborado um código de conduta e entregue a uma empresa de Lisboa contratada para o efeito. Afinal, senhor Presidente, qual é o verdadeiro ponto da situação? Foi ou não elaborado o código de conduta que todos nós ansiamos?"-----

Raul Ferreira: "Vinha colocar uma questão que a minha colega Carla Vieira já colocou, no entanto eu gostava de mais algum esclarecimento. Para já, começo por notar que este valor de adjudicação por ajuste direto é no montante de dezanove mil euros, um valor no meu entender, para aquilo que se pretende bastante elevado. Mas a questão que coloco é a seguinte, diz aqui "aquisição de serviços de consultoria para revisão do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e elaboração de um código de condutas", isto é dirigido para quem? Para funcionários da Câmara, para políticos? E vai-se gastar dezanove mil euros num código de conduta e um plano de prevenção? Acho estranho e acho um desperdício de dinheiro, não vejo qualquer utilidade deste instrumento, mas cabe ao executivo gerir o nosso dinheiro e assumir as responsabilidades por essa gerência."-----

Helena Simões: "Gostaria de congratular o executivo pelo reforço das verbas no âmbito do protocolo de colaboração referente aos apoios para os municípios em necessidades, nomeadamente na página dezasseis e dezassete. Gostaria também, ainda que já tenha sido falado em sede de Assembleia Municipal, a criação da comissão de acompanhamento

da situação de transferência de competências da educação e da Martrain, na página dezoito e não podia deixar de relevar a questão em sede de processos judiciais em curso, os pedidos de indemnização civil que o município tem vindo a pedir contra os malfeitores que danificam o património público.”-----

Carlos Quintino: “Gostava de realçar aquilo que é uma série de ações que o executivo levou a cabo e que veio espelhado nesta informação, mas sobretudo acho que, por motivos que todos sabemos, gostaria de destacar aquilo que é a empreitada de reabilitação da creche da Guia, um investimento à volta de quatrocentos mil euros e que vai, sem dúvida, trazer bastante qualidade de vida para as famílias que terão a possibilidade de ter melhor qualidade no cuidado dos seus filhos.”-----

Presidente da Câmara: “Relativamente à deputada Mónica Félix, por causa do ajuste direto de duzentos e trinta e nove mil euros, com o fardamento, é uma opção, é um assunto que já vinha de trás e para não ser descontinuado, entendeu-se fazer este ajuste direto para o fornecimento de fardas. Relativamente ao ajuste direto à empresa circulopalino, só mandando ver e depois remeter por escrito a informação condigna sobre este aspeto. Relativamente ao deputado Raúl ferreira quero dizer que isto não é o código de conduta que falamos há bocado e respondo também á deputada Carla Vieira, este ajuste direto é relativamente à revisão do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e elaboração de um código de conduta, isto é tão só decorre de uma lei, que obriga os municípios a fazer este documento. Isto é mesmo obrigatório, daí que ainda hoje houve uma reunião com todos os dirigentes e com o Vereador Ricardo Clemente, precisamente para fazer isto com a empresa que faz isto. Não é o código de conduta que falei há bocado, isso é diferente. Á deputada Helena Simões quero agradecer as referências, bem como ao deputado Carlos Quintino sobre a questão da creche da Guia, que tem sido moroso a evolução, mas o contrato já está assinado, havia o risco de ninguém concorrer, esperemos que dentro de pouco tempo se inicie as obras para que possamos transferir os alunos que estão nos pré-fabricados para condições melhores.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 29-04-2022;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Raul Ferreira, Helena Simões, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, pelo que não votaram -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento da relação dos compromissos plurianuais - Delegação de competência para assunção de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO QUATRO

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para a integrar no Conselho Municipal de Saúde; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS propõe a professora Indaleta Cabrita para esta comissão."-----

Proposta A - PS no sentido de eleger o Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dinis Nascimento. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----

Proposta B - PSD/CDS no sentido de eleger a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----



Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o seguinte resultado: -----

PROPOSTA A (PS) - dezasseis (16) votos favoráveis; -----

PROPOSTA B (PSD/CDS) - nove (09) votos favoráveis. -----

Foi aprovada por maioria a PROPOSTA A, apresentada pela bancada do PS.-----

Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dinis Nascimento, em representação de todas as freguesias deste Município, para a integrar no Conselho Municipal de Saúde. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "TTT (The Time Travel) no âmbito do Aviso CREA-CULT- 2022-COOP do Programa Europa Criativa; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Queremos solicitar esclarecimentos se efetivamente a candidatura foi apresentada no prazo de cinco de maio de dois mil e vinte e dois e em caso de não ter sido apresentada dentro do prazo se existe alguma prorrogação do mesmo e qual a modalidade da candidatura apresentada, uma vez que do documento que nos foi entregue é omissa esta informação."-----

Helena Simões: "Gostaria de elencar que a subvenção europeia é de setenta por cento, que o custo para o município é de vinte por cento e o projeto eleva e dá a conhecer o Castelo de Paderne. Em relação à questão levantada pela colega Dra. Carla Vieira, presumo que sim, até porque o Presidente usou e fez gozo de um artigo de exceção que lhe permitia tomar a deliberação em tempo útil, para cumprir com o prazo da candidatura e à posteriori vir aqui, pelo que presumo por maioria de razão que sim." -----

Presidente da Câmara: "É um programa que tem a ver com municípios de vários países, nomeadamente Portugal, Lourinhã, Azambuja e Albufeira, no sentido de valorização do património histórico. A prorrogação foi precisamente por isso, para cumprir prazos, porque senão expirava e estava a expirar o prazo não apenas da candidatura de Albufeira mas a candidatura no conjunto de entidades que estão neste programa. Dizem-me que só no final do ano é que se sabe o resultado da candidatura, mas faço lembrar que uma candidatura só tem validade quando existe um termo de aceitação, quando é aprovada.



Sendo aprovada é preciso que haja um termo de aceitação por parte dos candidatos, desde a Noruega, Itália, Espanha, Grécia, são vários países, cada um tem o seu monumento."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE para prestação de serviços de manutenção e conservação dos campos desportivos municipais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----



A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao Concurso Público para aquisição de licenciamento Microsoft para o município de Albufeira, com o preço base de 601.905,93€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

André Lima: "Tendo em conta os valores envolvidos, e mesmo que assim não fosse, a questão é no sentido de tentar perceber porquê especificamente software de uma empresa, estamos a dar aqui o monopólio, sendo que hoje em dia existem alternativas, inclusive gratuitas. A questão é mais no sentido de perceber se foi feita essa perceção em relação a eventuais alternativas, porque dizer ali especificamente "Microsoft" nome de uma empresa específica, se fosse a única a produzir este tipo de software compreendia-se, já não sendo e já existindo algumas alternativas gostaria de perceber porquê a opção pela Microsoft. Prevendo já a resposta que já me foi dada algumas vezes, de ser o que está a ser utilizado, acho que seiscentos mil euros é mais que suficiente para dar formação a muita gente para se mudar de software, tendo em conta as dificuldades financeiras e de todo este discurso que tem sido repetido, gostava de ver esclarecida esta questão."-----

Presidente da Câmara: "Este valor é um valor que é distribuído por três anos, de licenciamento de software. Temos descontinuidade, pode-se com certeza daqui a três anos, a situação evoluirá, com certeza e poderá ser tomada outra forma, é uma opção."

Presidente da Assembleia: "Só para acrescentar, trata-se de uma questão de licenciamento, que quer dizer que qualquer outro licenciamento implicaria um novo sistema operativo."-----

André Lima: "Eu percebi, eu sei que é licenciamento, nem sequer foi por aí que fui, por causa do valor. Eu sei que os licenciamentos são caros, só referi que existe este tipo de software gratuito. Pelo que eu percebo, ouvi dizer, inclusive a Câmara em algumas escolas básicas utiliza esse software gratuito, não tenho certeza absoluta, foi o que me disseram. A minha questão era no sentido se houve prospeção? O Presidente não me respondeu diretamente, mas deduzi que não houve, tendo em conta a resposta que deu. Ou seja, para este momento, mesmo tendo em conta a situação económica e as



dificuldades não houve esse trabalho de prospeção, de se tentar procurar uma alternativa, um concurso que vai custar seiscentos mil euros mais iva. Era mais por aí a questão.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: dez (10) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Leonardo Paço, Silvia Dias, André Lima, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia da Guia-----

Ausências: uma (01) Margarida Guilherme. -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Carla Vieira, Rui Bernardo, José Vila-Nova, Carlos Mendes e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Portaria n.º 605-B/2021, de 15 de novembro, referente à Reposição de equilíbrio financeiro “Contrato Aquisição de Assistentes Operacionais para as AAAF’s, Escolas e Outros Equipamentos Educativos do Concelho ”; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Gostava de saber se nesta reposição há algum acréscimo que chegue aos trabalhadores, se este aumento de hora se se reflete no salário dos trabalhadores?”-----

Presidente da Câmara: “Isto é relativamente a empresas privadas, espero que sim. A justificação é essa, a não ser que haja alguma queixa ou denúncia de algum trabalhador que viu esta sua remuneração ligeiramente aumentada, isso aí é mau de mais. Não acredito que isso venha a acontecer, se a fundamentação é essa, o objetivo será entregar aos trabalhadores, penso eu de que.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos nove e dez e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2022-2026;-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2022-2026; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Sem antecipar a nossa posição de voto, verificamos que esta revisão orçamental serve apenas para introduzir projetos que se esqueceram de incluir nas GOP iniciais, tais como a ampliação e remodelação da rede de abastecimentos de água do concelho, execução de ramais de fornecimento de água, execução de coletores e ramais de águas residuais e pluviais e atribuição de participações financeiras a associações e outras entidades que estão no âmbito do ordenamento do território. Na verdade, estas revisões representam apenas e só zero virgula sessenta e dois por cento do orçamento inicial e não trás efetivamente nada de relevante. No entanto, de acordo com a nossa postura, Albufeira Prometida, desde que iniciamos o nosso mandato, perante a forma de gestão do município, que não concordamos, a nossa consciência dita que deveremos ter uma posição dúbia, porque efetivamente nada trás de novo ou diferente ao que nos tem sido apresentado. Ou seja, não apresentam qualquer medida de contenção, qualquer



medida de redução de despesa e efetivamente temos uma preocupação gritante relativamente ao aumento da inflação de oito por cento verificada em maio."-----

Domingos Coelho: "Tendo em conta as rúbricas de destino, digamos assim, e para que conste que o PS não tem sempre o mesmo tipo de votação nas questões do orçamento, já vamos ver como vamos votar. Pretendia voltar à primeira revisão do orçamento, para questionar o senhor Presidente da Câmara em que situação está o acordo que na altura foi firmado que envolvia uma série de compromissos e sobre isso gostaria que o senhor Presidente se pronunciasse. Há duas reuniões atrás solicitei o relatório de diagnóstico do PDM, estamos à porta de tratar do assunto, penso que seria tempo de ter sido facultado esse documento."-----

Carlos Quintino: "Sabe de antemão esta Assembleia que estes documentos não são documentos estáticos, têm a possibilidade de serem revistos, consoante aquilo que são as devidas necessidades do município. Destacaria neste âmbito a necessidade de se realizar esta segunda revisão entre eles pela transferência de competências na área da saúde, e também na questão da reabilitação do reservatório do Pátio e da ampliação e remodelação de algumas redes e ramais de fornecimento de água. Queria dizer ainda, que teve também a ver com uma revisão de preços da requalificação do caminho mil duzentos e oitenta e um e que esse tipo de revisão de preço naturalmente que será daqui para a frente, tendo em conta aquilo que é o nosso mercado, com a questão da alteração dos preços dos materiais, mão-de-obra, etc., bastante comum, haverá naturalmente outras vezes que será necessário. Regozijo-me por aquilo que será, em princípio, a posição do partido socialista e quero enaltecer a atitude do executivo nesta segunda revisão."-----

Helena Simões: "Gostaria de ressaltar que não deixa de ser mais nem menos do que um mero movimento contabilístico, que se tira uma verba de uma classe mãe e que se abre uma subclasse atribuída a um projeto. Quando se diz que não há poupança efetiva é errado, pelo menos existem três projetos aqui cuja verba despendida, ou pelo menos prevista, reduziu substancialmente e obviamente foi alocada, desviada para outros projetos. Como o meu colega de bancada dizia e dizia bem, estes documentos não são estáticos, até porque todo o equipamento tem um tempo de vida e às vezes esse tempo de vida é encurtado pelo uso ou pelo desgaste, ou por alguma coisa que aconteça. O colega de bancada já ressaltou algumas questões, gostaria também de ressaltar a questão da necessidade da medicina no trabalho, da ampliação e beneficiação da escola



EB23 das Ferreiras e muitas mais poderia dizer. Como tal, dizer que este documento nada de novo trás, pelo menos poderei dizer para os beneficiários destes serviços, garantidamente trará."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à deputada Carla Vieira, queria dizer que isto é uma revisão orçamental, tal e qual como outra qualquer, embora a substancia seja muito inferior a outras que poderão eventualmente na Assembleia Municipal, se não houver outra antes, em Setembro, iremos ter uma com mais substância, precisamente para dar resposta a algumas das situações inseridas na questão que negociamos com o Partido Socialista. Nomeadamente a estrada do Paraíso, a rotunda da Guia, o projeto de se iniciar a revisão do acesso ao bairro social, com eventual alargamento daquela via, uma vez que vai aumentar a afluência de pessoas, vamos ver o que é possível fazer na transferência de verbas. Relativamente a esta revisão que temos aqui presente, temos e conforme já foi referido aqui um aspeto muito importante, como disse isto é uma revisão com pouca substância, foi apenas para acertos de algumas questões que entretanto foram surgindo e não estavam contempladas, nomeadamente a reabilitação de superfícies interiores do reservatório do Pátio, aquilo que já se tem falado aqui sobre a rotura existente lá. Depois temos alguns acertos para anos seguintes, coisas que estavam em anos anteriores e que tem de estar em revisão. Temos a aquisição de bens e serviços de saúde do trabalho do médico de trabalho, que terminou o contrato com o anterior e terá que ser colocado para os anos seguintes também. Atribuição da comparticipação financeira a associações e outras entidades, está aqui vinte mil euros, que tem a ver com o protocolo que se estabeleceu com o Centro de Ciências do Mar, em parceria com os municípios de Lagoa e Silves, tem a ver com a questão da AMPIC, área marítima de interesse comunitário, surgiu agora, só agora é que foi inserida no orçamento, assim como a questão da quota de reforço de anos seguintes da Via Algarviana para o ano de dois mil e vinte e três. Tem a ver essencialmente com isto, depois há aqui umas reduções, não tem grande substância esta revisão, mas de qualquer maneira são aspetos importantes que põe em causa algumas situações futuras."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO NOVE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Mónica Coimbra, Luna Silva, Leonardo Paço e Carla Vieira-----

Ausências: uma (01) Helena Simões -----
Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luis Afonso, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----
A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZ:-----

Votos contra: zero (00) -----
Abstencões: quatro (04) Mónica Coimbra, Luna Silva, Leonardo Paço e Carla Vieira-----
Ausências: uma (01) Helena Simões -----
Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luis Afonso, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----
A proposta foi aprovada por maioria.-----
Mónica Coimbra apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º5 anexo a esta ata) -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente ao apoio à Junta de Freguesia da Guia, na realização da "Convenção de Motorizadas; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Este ponto remete-nos àquele assunto que eu abordei no período antes da ordem do dia, portanto eu deixava à sua consideração o que poderíamos aqui fazer, sem estarmos a ir pelo mesmo caminho. Deixava á sua consideração, estes e os próximos pontos remetem-nos àquele assunto que abordei no período antes da ordem do dia."-----

Helena Simões: "Eu por segurança jurídica e por entender na lei setenta e cinco de dois mil e treze não existe ratificação deste tipo de decisões em sede de Assembleia Municipal, se me vir forçada a votar do ponto onze ao ponto quinze eu vou ter que me ausentar da sala, sob pena e risco de estar a cometer uma ilegalidade." -----



Carlos Quintino: "Senhor Presidente é efetivamente isso, isto pode nos colocar numa situação desconfortável, eu apelava ao seu bom senso no sentido de podermos arranjar uma forma de resolver isto."-----

Presidente da Assembleia: "A minha interpretação continua a ser a mesma, ou seja, de facto há não só nesta Câmara Municipal como em variadíssimas Câmaras Municipais têm vindo a entender-se que esta deliberação tem de passar pela Assembleia Municipal. Devo reconhecer que é estranho, porque se há possibilidade da transferência de competências de valores muito mais elevados, por que razão esta teria de vir aqui? É facto que é entendimento genérico da grande maioria das Câmaras Municipais que terá que haver a transferência de competências, e nessa perspetiva o que era recomendado fazer era ratificar todas aquelas que já foram efetuadas, a proposta que fizemos na conferência de líderes seria trazer de novo à Assembleia Municipal uma nova proposta e eventualmente alterarmos esta, se assim for o entendimento da Assembleia Municipal. Face ao entendimento que tenho e sem haver transferência de competências entendo que deve ser a Assembleia Municipal a ratificar."-----

Carlos Quintino: "Isto pode parecer que tem pouco valor mas é uma questão formal importante para o futuro. A minha questão é, existe a possibilidade de retirar os pontos no sentido de se poder ratificar no futuro? Até porque a maior parte dos eventos que aqui se propõe já foram realizados, portanto seja essa a posição mais confortável. Deixava isso à sua consideração senho Presidente."-----

Presidente da Assembleia: "A proposta que faz é retirar estes pontos e voltar. Mas a transferência de competências tinha de ser também com efeito retroativo. Para todos os efeitos estamos a ratificar. Qual a diferença? Acho que é preferível, na minha modesta opinião nós ratificarmos o que está aqui, na próxima Assembleia trazer um ponto da ordem de trabalhos relativamente a esta matéria, conforme referi na conferência de líderes e aí a Assembleia deliberará em conformidade de fazer a transferência de competências. Acho que esta é a forma mais correta, porque ratificar por ratificar, seja por transferência de competências seja pela deliberação da Assembleia, vai dar exatamente no mesmo."-----

Presidente da Câmara: "Só queria sair daqui hoje devidamente esclarecido por forma a que não faça mais nenhuma proposta ao executivo para dar apoio a uma junta de freguesia. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia organizem-se mas não me peçam mais isenções de licenças especiais de ruído, nem mesas nem cadeiras, nada, porque



enquanto não ficar definido não posso, com o risco de já ter cometido alguma ilegalidade ou irregularidade, em quase todas as freguesias foram cedidos funcionários para tratar de aspetos de instalação elétrica, outros foi para fiscalizar obras que iriam fazer, outras foi a questão da isenção da licença especial de ruído, uma série de coisas. A ser assim, enquanto isto não ficar definido, qualquer pedido que me chegue terei de remeter para a Assembleia Municipal.”-----

Presidente da Assembleia: “Só para esclarecer, temos aqui duas vertentes, uma é a vertente jurídica e outra do conteúdo da mesma, são coisas completamente diferentes, portanto, a questão é que nunca se tinha colocado esta situação, é a uma situação que se tem vindo a colocar neste mandato, nas variadíssimas Câmaras Municipais, portanto, o entendimento é de que ele tem de passar pela Assembleia Municipal e para o efeito, tem de haver aqui uma transferência de competências. Essa transferência de competências foi deliberada de uma determinada forma e na verdade agora o que vem à Assembleia é ratificável, na minha opinião. O que acontece e é isso que entendo que a Assembleia pode fazer é uma nova proposta, proposta essa que tem de passar pelo executivo, o executivo tem de trazer à Assembleia, porque a Assembleia não tem essa competência, a Assembleia não pode por si só transferir sem haver uma proposta da Câmara Municipal, e na próxima Assembleia Municipal deliberar em conformidade com aquilo que seja efetivamente a transferência de competências.”-----

Raul Ferreira: “Efetivamente tivemos uma conferência de líderes e foi decidido voltar a apresentar a proposta que anteriormente foi votada. Neste momento, se estes pontos vierem a votação eu retiro-me da sala também, porque efetivamente não vejo lógica para ser votada uma coisa que já aconteceu. Não vou tecer grandes considerações jurídicas que parece-me que é lógico. Portanto, eu apelava ao bom senso desta Assembleia.”-----

Domingos Coelho: “Eu corroboro a posição do senhor Presidente da Assembleia, tanto mais que foi aquilo que foi acordado na conferência de líderes, parece que agora estão com opiniões alteradas.”-----

Presidente da Assembleia: “A questão é simples, seja ratificado agora, seja ratificado posteriormente vai dar no mesmo, há uma ratificação, portanto é exatamente a mesma situação, perante essa situação eu ponho à Assembleia a deliberação e o entendimento para fazer, porque de facto, seja ratificar agora seja ratificar posteriormente tem exatamente o mesmo efeito em termos jurídicos. Portanto, se assim o entenderem eu coloco à Assembleia uma de duas hipóteses, retirar os pontos e votar numa próxima



Assembleia, com um ponto vindo da Câmara Municipal, no sentido de esta transferência de competências ser efetuada, ou não retirar os pontos. Sendo assim a proposta A será a proposta inicial de manter os pontos e votar os mesmos, a proposta B será a retirada dos pontos e a indicação destes pontos para uma nova Assembleia com um ponto da ordem de trabalhos anterior no sentido da transferência de competências. Para todos os efeitos os pontos já foram deliberados, portanto a Assembleia Municipal tem a competência de ratificar ou transferir."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação as Propostas em alternativa.-----

VOTAÇÃO PROPOSTA A:-----

Votos a favor: seis (06) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Leonardo Paço, Silvia Dias e Carla Madeira.-----

VOTAÇÃO PROPOSTA B:-----

Votos a favor: dezasseis (16) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, José Vila-Nova, Carlos Mendes Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

Abstenções: três (03) Mónica Coimbra, Carla Vieira e André Lima. -----

Foi aprovada por maioria a Proposta B. -----

Presidente da Câmara: "Sendo assim, se são retirados os pontos, quer dizer que o apoio que foi dado às juntas de freguesia não é considerado válido então vou ter que solicitar a anulação desses mesmos apoios. Vou munir-me de um parecer jurídico sobre isto para resolver o assunto. Qualquer coisa que os Presidentes de Junta de Freguesia peçam à Câmara, já sabem que isso depois é remetido à Assembleia Municipal e depois a Assembleia Municipal que decida."-----

Carlos Quintino: "O que a bancada PSD/CDS propôs não foi retirar apoios a juntas de freguesia, o que a bancada do PSD/CDS propôs não foi retirar apoios nenhuns às juntas de freguesia! O que a bancada do PSD/CDS propôs foi retirar os pontos para melhor apreciação no sentido de não se tomar uma deliberação que nos parece a nós que está ferida de legalidade. Não brinquemos com isto, a bancada do PSD/CDS não propôs retirar apoios nenhuns às juntas de freguesia, propôs retirar os pontos para melhor apreciação numa decisão desta Assembleia que nos parece estar ferida de legalidade e na conferência de líderes aquilo que ficou efetivamente decidido foi trazer novamente a proposta, mas não ficou decidido votar estes pontos, é certo que também não ficou decidido retirar, é certo, mas quando se fala sobre estes pontos, qual seria a melhor



solução de abordar eu faço essa proposta. Mas eu faço essa proposta com o intuito que acabei de descrever."-----

Presidente da Assembleia: "Senho deputado, vamos lá ver se nós nos conseguimos entender e se conseguimos ter um discurso que seja consentâneo. Houve duas propostas, a proposta que o PSD/CDS avançou e que outros membros de outras forças políticas avançaram foi votada favoravelmente. Na sequência dessa votação o senhor Presidente fez uma declaração, mais ninguém fez uma declaração, o senhor Presidente fez uma declaração dizendo que tendo sido retirados os pontos, as palavras são do senhor Presidente e eu tão pouco irei repeti-las. O que nós tínhamos proposto era outra situação, na proposta A, era ratificar, trazer uma nova proposta na próxima Assembleia, fazer a transferência de competências e resolver a situação, são coisas completamente diferentes. O entendimento foi este, o senhor Presidente fez a declaração que fez, sei perfeitamente que não foi isso que o senhor deputado disse, mas a declaração também não foi feita por nenhum de nós."-----

Domingos Coelho: "Quero relembrar que na conferência de líderes decidiu-se ratificar estes pontos e depois falou-se da possibilidade, com algumas alterações, de trazer novamente a proposta. Portanto, ratificava-se estes e na próxima Assembleia trazia-se uma proposta, até se falou que o que estava na proposta era que vinha aqui os apoios aprovados e nós falamos que deveriam de vir os aprovados e os não aprovados, para que a Assembleia tivesse conhecimento global daquilo que era aprovado e daquilo que não era concedido ao nível da Câmara. As coisas não são para alterar à última da hora aquilo que foi previsto e combinado."-----

Presidente da Assembleia: "Se há um entendimento que é do próprio executivo, no sentido que a competência cabe à Assembleia Municipal, só há duas hipóteses, ou de facto de vota favoravelmente ou se vota desfavoravelmente. Na votação que foi feita votou-se desfavoravelmente, por isso tiveram que vir estes pontos à Assembleia Municipal, vindo à Assembleia Municipal, uma vez que já estavam efetuados são ratificados, portanto, a ideia era a proposta A, trazer um novo ponto da ordem de trabalhos co a possibilidade da transferência de competências, mas com estes pontos já ratificados, porque efetivamente seja daqui a um mês ou seja hoje a serem ratificados é exatamente a mesma coisa."-----

Leonardo Paço: "Realmente eu não percebi a reação do senhor Presidente da Câmara depois da votação, até porque parece-me que o que disse antes é que provocou que a votação fosse esta. Disse que nem mais uma cadeira dava e as pessoas, inclusivamente alguns Presidentes de Junta votaram a favor daquilo que o senhor a seguir parece não ter gostado. Ficam tantas dúvidas no ar que não consigo perceber a sua reação."-----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, em primeiro lugar, visto que aquilo que foi dito anteriormente em relação ao caso que houve aqui com a deputada

Mónica, que repetiram a votação, e neste caso não é possível repetir o ponto? Este ponto tem de vir do executivo para a Assembleia? Então pedia que fosse possível repetir esta votação, é que houve aqui mal entendidos. Acho que o que o senhor Presidente disse nós entendemos de uma maneira e se calhar não era aquilo que o Presidente queria dizer ou nós é que não entendemos.”-----

Raul Ferreira: “Nós votamos a favor da retirada destes pontos por uma questão muito simples, o que está aqui para ser votado é a apreciação e deliberação de coisas que já aconteceram. Não é a ratificação daquilo que aconteceu, são coisas diferentes, o texto diz apreciação não diz ratificação. Parece-me que estar a apreciar algo que já aconteceu não é possível. Íamos pedir o quê? Que as juntas de freguesia devolvessem os apoios que tiveram? A questão aqui é a apreciação não é a ratificação. Esta é a minha opinião.”-----

Presidente da Assembleia: “Senhor deputado, é de facto a sua opinião, acontece que pelo entendimento que o executivo tem, que muitas Câmaras têm da transferência de competências, nós teríamos que ratificar todas as deliberações que a Câmara Municipal fez até à data, portanto, indo por aí teríamos de ratificar todas as deliberações. A proposta feita aqui era no sentido de minimizar, não era de complicar, era de ratificar aquilo que já foi efetuado, trazer uma nova proposta à Assembleia Municipal, na próxima Assembleia e a Assembleia deliberar em conformidade. De qualquer das maneiras já foi feita uma votação, no sentido de retirar os pontos da ordem de trabalhos.”-----

Carlos Quintino: “É lógico que a bancada do PSD/CDS está disponível para numa futura Assembleia deliberar o que quer que seja e falarmos novamente sobre este assunto. Mas neste momento nós não podíamos votar isto. Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal referente ao apoio à junta de freguesia da Guia na realização da convenção das motorizadas, já foi realizado senhor Presidente.”-----

Presidente da Assembleia: “Não concordo, de qualquer das maneiras está feita a votação, neste caso são retirados os pontos.”-----

Foi colocada a votação a continuação da sessão por ultrapassar as vinte e quatro horas a qual foi aprovado por maioria a sua continuação.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente ao apoio à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água para “Acompanhamento Técnico da Empreitada de Pavimentação - Torre da Medronheira e da Empreitada de Pavimentação - Beco da Semina; -----

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos: -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente ao apoio à Junta de Freguesia de Paderne - “XI Mostra das artes do Barrocal”; -----

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos: -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente ao apoio à Junta de Freguesia de Ferreiras - "Santos Populares 2022"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos: -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente ao apoio à Junta de Freguesia de Ferreiras - Festa do XXV Aniversário da Freguesia"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, bem como da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Transferência de verbas para as freguesias do concelho; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Só queria relembrar a situação da freguesia de Ferreiras e o IMI que lhe é devido, penso que neste contexto de distribuição de verbas é bom recordar



que a freguesia de Ferreiras está há muito a haver parte do IMI que a junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água está a receber. Penso que é uma situação que, falou-se nisto na conferência de líderes, que deve avançar com alguma tentativa de repor a verdade financeira, digamos assim."-----

Domingos Coelho: "O que ficou combinado na conferência de líderes foi exatamente que haveria um contato com o senhor Presidente da Câmara, com a senhora Diretora Financeira e eventualmente com o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Albufeira e Olhos de Água, no sentido de tentarmos agilizar esta situação e resolver a questão, uma vez que é um assunto que diz respeito à autoridade tributária e que diz respeito à Câmara Municipal e às duas juntas de freguesia. Foi esta a solução que encontramos."-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia foi efetivamente essa a solução, tivemos algum consenso à volta disso, mas recordar que, esta é uma questão que envolve a junta de freguesia e a autoridade tributária, portanto, naturalmente que a junta de freguesia tem ao seu dispor todos os meios legais e judiciais para poder acionar no sentido de repor aquilo que nos parece a nós também, a bancada do PSD/CDS absolutamente legítimo, se efetivamente se verificou essa alteração de território. Não o fez ainda, não sei porque motivo, talvez essa reunião entre as partes, ou depois dela efetivamente não se justifica essa ação judicial, mas o que é certo é que teve uma série de anos que o poderia ter feito, e por aquilo que me é dado a conhecer, mesmo não sendo jurista, este tipo de ações têm um formato que os torna relativamente céleres."-----

Presidente da Assembleia: "A única coisa que tenho que referir é que sendo assim não vale a pena fazermos conferências de líderes, porque fazemos acordos e depois chegamos aqui e os acordos são alterados. Fizemos pelo menos dois acordos e chegamos aqui e resolvemos de forma diferente. A Assembleia é soberana, o que eu digo é que se calhar não vale a pena estarmos a fazer conferências de líderes, porque chegamos à Assembleia e a Assembleia altera em conformidade."-----

Helena Simões: "Com a agravante que vocês estão com "private talk", que quem esteve de fora não percebe nada, porque lá está, foi em conferência de líderes, mas tudo bem, isso fica para vocês, em relação à questão em apreço, quer ao ponto quer á observação do deputado Domingos, eu recorro que este acordo tem a ver com a transferência de competências que algumas freguesias aceitaram umas competências, outras freguesias outras não. São elementos objetivos em que se conta o número de bancos, o número de



bebedouros, o número de metros quadrados por deservagem, a regularidade com que a deservagem é feita, o número de alunos que existe por cada freguesia, sou seja, são elementos objetivos, se fossemos por essa perspetiva, pela injustiça e se fossemos pela densidade populacional de uma freguesia ou pela área em metros quadrados de outra freguesia, garantidamente as quatro não estão iguais. O acordo e o contrato é justo na medida e na proporção partido do pressuposto que o levantamento está corretamente feito, porque o preço pago por uma reparação de um banco é o mesmo em todas as freguesias em função do número de bancos que têm, em função do número de metros quadrados de deservagem e daí adiante. Pelo que, não percebo, não tendo estado na conferência de líderes, não fazendo a mínima ideia do que possam ter acordado, mas efetivamente é uma situação que não tem cabimento neste ponto e eventualmente terá cabimento entre a autoridade tributária e a freguesia em questão."-----

Presidente da Assembleia: "Normalmente não faço reparos, mas penso que a senhora deputada não percebeu exatamente o que se está aqui a passar. O que foi feito foi uma conferência de líderes em que se debateu um assunto que não tem a ver com a distribuição dos valores relativos ao ponto dezasseis. E o que efetivamente aqui foi falado foi um acordo celebrado entre os líderes que naturalmente devem depois junto das suas bancadas explicar exatamente aquilo que foi acordado, para que se fizesse uma reunião, assunto esse que é um assunto que tem mais de vinte anos e que já foi tentado junto a autoridade tributária de resolver esta situação relacionada com a junta de freguesia de Ferreiras e de Albufeira e Olhos de Água, portanto são coisas completamente distintas. O que está aqui em causa é uma situação de distribuição dos valores, neste ponto dezasseis e o que é uma coisa completamente diferente é aquilo que tem a ver com o valor dos IMI's que não foram transferidos para a junta de freguesia de Ferreiras, portanto a senhora deputada não entendeu efetivamente aquilo que está aqui em causa, que são coisas completamente diferentes. O que acontece é que a autoridade tributária não o fez, o que acontece é que a Câmara Municipal em determinada altura tentou fazê-lo, ainda com o falecido Dr.º Carlos Silva e Sousa, não foi possível, e que neste momento o que se verifica é que a junta de freguesia de Albufeira, de uma forma ou de outra está a receber valores que não lhes correspondem, porque efetivamente não houve a transferência dos prédios urbanos da freguesia de Albufeira e Olhos de Água para a freguesia de Ferreiras, é tão simples quanto isto."---



Helena Simões: “Peço desculpa, eu percebi e percebi bem, a única coisa que disse, se me permite e se não me interromper a palavra é que não tem cabimento no ponto em apreço. O ponto em apreço, o ponto dezasseis tem a ver com a transferência de verba relacionada e correlacionada com a transferência de competências aceites pelas juntas de freguesia. Não tem a ver com a questão do IMI, foi apenas e só isso que eu disse. Os acordos que as várias bancadas com acento na Assembleia Municipal possam ter feito e que ainda possam não ter transmitido ou não às suas bancadas, isso já é uma situação interna aos partidos. Agora, que não tem cabimento neste ponto dezasseis, perdoe-me que não tem. Com o avançar da hora, meia-noite e meia poderia estar um bocado confusa, mas não estamos aqui a discutir questões de IMI. Perdoe-me a franqueza.”-----

Presidente da Assembleia: “Eu devo dizer que de facto não concordo, porque este assunto é um assunto que tem a ver com as transferências de competências e que tem a ver com as verbas que são atribuídas às juntas de freguesia. É um assunto recorrente, que efetivamente tem todo o cabimento relativamente a esta matéria. Portanto, senhor deputada, tem o seu entendimento, eu tenho o meu entendimento, portanto entendo que é perfeitamente possível falar neste assunto e levantar esta questão neste momento.”-

Raul Ferreira: “A reunião já vai longa, penso que devido a isso há aqui alguma confusão. Primeiro as reuniões que existem com os líderes não são secretas, a informação é passada. Se existe aqui um problema de comunicação de várias bancadas do Ps, PSD/CDS é uma questão que têm de resolver internamente, esta Assembleia não tem nada a ver nem a saber dos vossos problemas. Portanto, vamos adiante e vamos avançar para votar.”-----

Presidente da Assembleia: “O senhor deputado também estava nessa reunião, e também concordou com as decisões. Não é só do PS ou do PSD, também estava nesta reunião e também concordou e agora entendeu de forma diferente, o que lhe é devido e que tem todo o direito a fazer.”-----

Domingos Coelho: “Eu falei nesta questão do IMI porque na conferência de líderes foi exatamente falado neste ponto, o facto de estar a falar do IMI não quer dizer que o IMI tem de ser refletido agora nesta decisão, ou seja, eu levantei aqui a questão porque é uma situação que está há bastante tempo em discussão e já devia ter tido uma resolução e foi neste âmbito que falamos na conferência de líderes. Para o nosso amigo Raul Ferreira não deve ser novidade e já agora a questão de unidade ou desunidade entre as bancadas diz respeito a cada uma.”-----



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite a todos, isto é um assunto que há quatro anos, quando fui eleito no primeiro mandato começamos logo a tentar resolver, era uma coisa que já vinha dos antigos presidente de junta de freguesia. Aliás, chegaram a estar alguns funcionários camarários a tentar resolver o problema e não conseguira e depois morreu em águas de bacalhau, não percebo se há interesses ou não, não sei o que se passa, temos de ver o que se passa. Relativamente aos contratos inter-administrativos que estamos a discutir, já foi tudo tratado. Gostava de saber, da bancada do Ser Albufeira, não sei se têm conhecimento, já levantei aqui em duas Assembleias, que desde as últimas eleições, ou seja, deste mandato ainda não estamos a receber do contrato que tínhamos com a Câmara, a minha junta tinha duas coisas só, uma que era tapar buracos no asfalto das ruas pavimentadas e outra era as fotocopiadoras das escolas, uma vez que não houve contrato nenhum celebrado posteriormente, mantém-se em vigor o outro, segundo a lei, aliás entreguei aqui nesta Assembleia e estamos a falar que já vamos para o mês sete e gostava de saber, vocês também têm uma junta de freguesia que está nas mesmas condições que nós, o que é que vocês acham sobre isso?” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pela bancada do PS - “Voto de Congratulação pela atribuição do nome Gago Coutinho ao Aeroporto Internacional de Faro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho lê documento. (Doc. n.º 6 anexo a esta ata)-----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS vê com algum espanto aquilo que é uma proposta que retira o nome de Faro ao aeroporto. Aquilo que eu percebi que foi aprovado e esclareça-me se eu estou errado, aquilo que foi aprovado não incluiria o nome de Faro. É lógico que o PSD/CDS corrobora com a proposta, achando no entanto que haveriam outros temas muito mais interessantes para abrir noticiários no país do que a alteração do nome do aeroporto, ainda mais numa fase altamente problemática, no ponto de vista da qualidade de serviço de saúde no país, mas pedindo esse esclarecimento, se efetivamente há essa possibilidade, porque aquilo que defenderia é que se mantivesse sempre Faro no aeroporto. Podia efetivamente votar favoravelmente essa proposta se fosse mantido Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho."-----

Presidente da Assembleia: "Foi uma decisão já aprovada pelo Governo que diz atribui o nome de Gago Coutinho, aeroporto internacional de Faro."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Dário Pereira e Luna Silva. -----

Abstencões: duas (02) Adriano Ferrão e Rui Bernardo. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Luna Silva apresenta e lê declaração de voto (Doc. n.º 7 anexo a esta ata) -----

PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo CHEGA - Abrigo na paragem de autocarro na Avenida Pessanha Viegas; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Dado o teor da moção apresentada pelo partido CHEGA, com epígrafe abrigo na paragem de autocarro na Avenida Passanha Viegas e uma vez que tal trata-se de ser



uma recomendação ao executivo, venho solicitar à digníssima Assembleia Municipal que a moção seja retirada do ponto da ordem do dia e seja apresentada nesta Assembleia como uma recomendação ao executivo."-----

Presidente da Assembleia: "A senhora deputada pretende alterar o sentido do documento, deixando de ser uma moção para ser uma recomendação, exatamente nos mesmos termos, ou seja, no mesmo local, com as mesmas circunstâncias mudando única e exclusivamente o título. A moção foi alterada sob proposta da proponente e passa a ser recomendação."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: seis (06) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Silvia Dias, André Lima e Carla Madeira.-----

Abstencões: dezoito (18) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água-----

Votos a favor: um (01) Luna Silva.-----

A proposta foi reprovada por maioria.-----

Domingos Coelho: "A discordância em relação à recomendação não é pela necessidade de ultrapassar o que ali se passa, é pelo local em si, ou seja o problema deve ser resolvido, mas não naquele local, pelo menos para outro lado, porque não para a estação de camionagem? Porquê que a estação de camionagem está limitada a determinadas operadoras? Tanto mais que é desregular a concorrência. No sábado eu passei naquele local e estavam dois autocarros parados, um deles estava atravessado no meio da via, como é possível colocar ali uma paragem de autocarros de longo curso? Não tem sentido naquele local, ainda que o problema deva ser resolvido."-----

Presidente da Câmara: "Precisamente para ultrapassar essa situação, uma vez que já foi votado, é uma recomendação, não vejo grande mal nisso, acho que ali a paragem não está bem colocada, aquando do carregamento das bagagens no lado da via, na faixa de desaceleração da bomba de gasolina, na altura mandei colocar ali dois bancos para evitar que estivessem em pé, mas a minha opção era ou no lado contrário, o que não é fácil, ou então no cimo da Avenida da Liberdade, naquele largo, aí estaria tudo resolvido, com



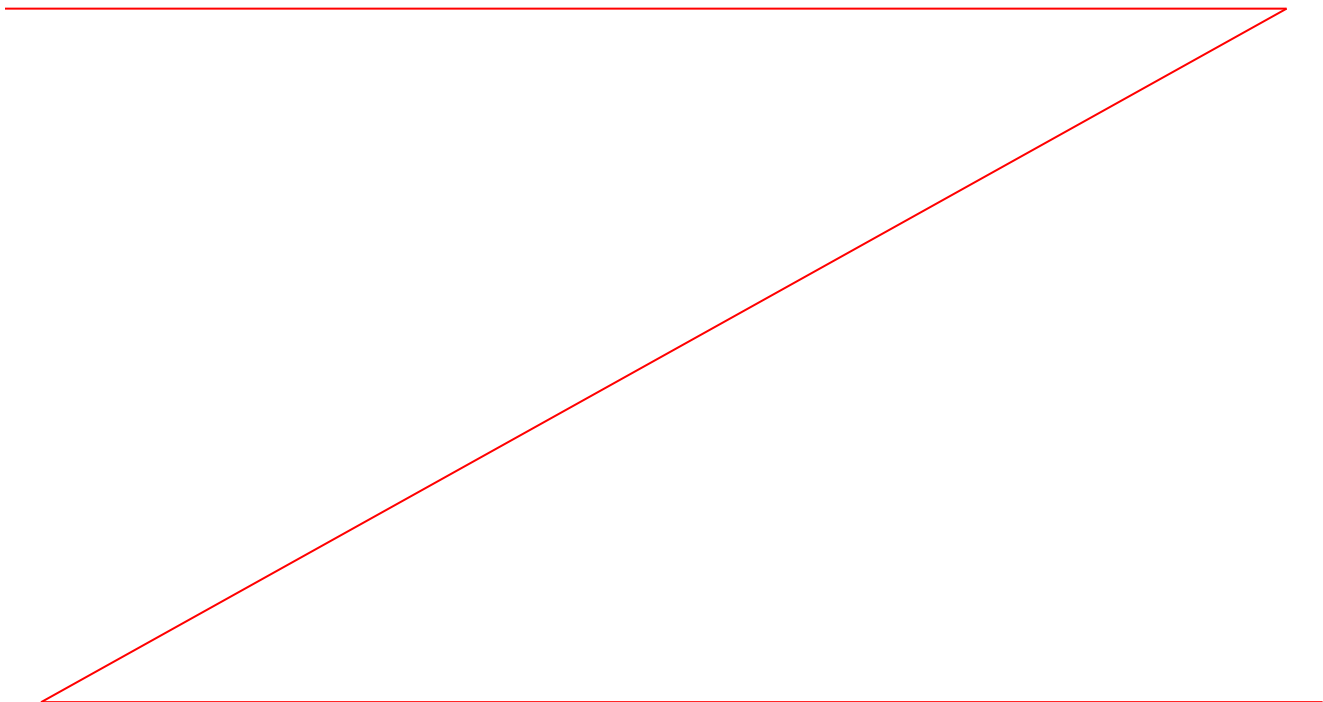
abrigo, com bancos, vamos ver se é possível. Evidentemente que não se pode colocar a hipótese de haver um outro operador a fazer aquele transporte de pessoas.”-----
Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 27 de junho de 2022 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Olá boa noite a todos os presentes e em casa,

Desde já agradeço a palavra.

O assunto que me trás cá hoje é o campo de férias.

Nomeadamente, mais o campo de férias do pré-escolar que de uma maneira ou outra afecta também o 1º ciclo. Todos os dias tenho exposto o assunto via email, mas não obtive qualquer resposta, sem alternativa, dirijo-me aqui na assembleia municipal.

No regulamento enviado aquando das inscrições cito o seguinte:

“Durante o mês de julho, permanecem asseguradas as AAAF para as crianças que frequentam o pré-escolar da rede pública do concelho, no entanto para o primeiro ciclo persiste a falta de oferta de ocupação do tempo de férias, principalmente para as crianças cujos pais não podem fazer gozo de férias neste período.

Assim, o Projeto “Férias de Verão_22” visa, durante este período, dar resposta aos encarregados de educação que se encontrem a trabalhar nesta época de verão “ etc.

Cito também o 1º critério da cláusula 7ª “Critérios de Ordenação”: A ordenação será feita por data de nascimento tendo por base o local selecionado. As crianças de maior idade terão prioridade face às de menor idade;”

Como sabem, apesar de pagos, existe oferta para o 1º ciclo. Ou seja, as de maior idade. Não quero com isto dizer que existe muita, mas existe.

Acontece que na realidade, não existe qualquer tipo de oferta, no concelho de Albufeira, para as crianças do pré-escolar. Ou seja as de menor idade.

Cito a declaração de uma proprietária de um campo de férias/centro de estudos aqui em Albufeira, declaração esta a qual confirmei a veracidade, que nos diz “ Os Campos de Férias privados e, que estejam legalizados pelas entidades competentes, que é o meu caso, são OBRIGADOS a cumprir as regras.

Uma das regras principais é a proibição de receber crianças com idade inferior a seis anos.

Ou seja, os únicos que podem receber crianças desta faixa etária, e que estão a receber são os campos de férias criados pela Câmara Municipal de Albufeira. Sendo que mais nenhuma entidade, por lei, as pode receber.

A meu ver, e de certo que da maioria dos pais, esta faixa etária é que deveria ter toda a prioridade. Não digo que entrem todos desta faixa, existem é claro, aqueles que têm familiares ou que não trabalham, mas aqueles que realmente precisem, e que produzam a declaração da entidade patronal, que tenham a prioridade e que entrem de facto. Sendo que uma enorme parte de Albufeira, não pode sequer pensar em tirar férias no mês de Agosto, como bem sabem, é imperativo haver uma alternativa para esta faixa etária e haver uma solução para esta faixa etária. Porque apesar de tudo, o primeiro ciclo tem alternativa, pago, mas tem. O que não acontece com o pré-escolar. Para estes não há qualquer tipo de alternativa!



O equipamento a câmara tem. Bem sei que é necessário haver o pessoal para tal, e que há escassez de, mas Albufeira, bem como penso que o País, sofre do mesmo. Todos os anos há o mesmo problema, as leis não mudam sem mais nem menos, de modo a serem aceites crianças abaixo dos 6 anos, e com todo o respeito, com toda a certeza sabem que não existem locais que possam acolher o pré-escolar por lei, portanto o planeamento e melhor organização é necessária.

Para finalizar, venho aqui, presencialmente, pedir-vos para que, me e nos, ajudem e criem mais vagas para o campo de férias do pré-escolar, e façam destes prioritários, de modo a acolher todos aqueles que necessitem neste concelho, simplesmente porque não há alternativas.

Decreto-Lei

Nos termos da alínea a) da n.º 1 da artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

1 - O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de organização de campos de férias.

2 - Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por:

a) **Campos de férias**, as iniciativas destinadas exclusivamente a grupos de crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, cuja finalidade compreenda a realização, durante um período de tempo determinado, de um programa organizado de carácter educativo, cultural, desportivo ou recreativo recreativo.



De: joaquim.guerra@gmail.com
Enviado: 26 de junho de 2022 22:44
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Perguntas para Assembleia Municipal da CMA, de 27.06.2022.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da C.M. Albufeira,

Dr.º Francisco Oliveira,

Na impossibilidade de estar presente fisicamente na próxima Assembleia Municipal da Camara Municipal de Albufeira, agradece a gentileza de V.exa., coloca-se as seguintes questões na assembleia:

Dirigida ao Dr.º Francisco Oliveira

Qual a data prevista para o envio da ata da última Assembleia Municipal para o ministério publico, de acordo com o deliberado, uma vez terem existido várias intervenções não camarárias ao local dos contadores de água?

Dirigida ao Dr.º Cláudia Guedelha

Assunto: Boca de incendio removida ilegalmente e sem autorização dos proprietários do Aldeamento Ponta Grande

Sendo a senhora vereadora Cláudia Guedelha, responsável pelo pelouro da Proteção Civil, e já alertada para este assunto pelos proprietários, gostaria que me esclarecesse, quais as medidas que tomou no que diz respeito ao assunto, remoção ilegal da boca de incendio pela empresa Dequattro Resorts e Residences S.A.?

- 1-Foi feita alguma inspeção ao local?
- 2-A empresa Dequattro Resorts e Residences S.A., foi interpolada pelo ato cometido?
- 3-Existiu algum tipo de sanção á empresa acima referida por remover a boca de incendio ilegalmente?
- 4-Para quando está prevista a reposição da boca de incendio?
- 5-Se existir um incendio nas imediações ou no edifício principal, receção, restaurante, minimercado e escritórios, uma vez que estava á colocada estrategicamente para combate a incêndios, quem é o responsável?

Dirigida ao Dr.º Cláudia Guedelha

Assunto: Palmeiras em risco de queda no Aldeamento Ponta Grande, após remoção da boca de incendio e recolocação das mesmas, sem autorização dos proprietários.

Sendo a senhora vereadora Cláudia Guedelha responsável pelo pelouro da Proteção Civil, e já alertada para este assunto pelos proprietários, gostaria que me esclarecesse do seguinte:

- 1-Foi feita alguma inspeção ao local?
- 2-Quais as medidas que foram tomadas de prevenção de queda das palmeiras, uma vez que se trata da entrada do Aldeamento Ponta Grande, por onde entram todas as viaturas e pessoas?

Dirigida ao Dr.º Cláudia Guedelha

Assunto: Fornecimento de água ao Aldeamento Ponta Grande pela Camara Municipal de Albufeira.

Sendo a senhora vereadora Cláudia Guedelha responsável pelo pelouro Águas e Saneamento, gostaria que me esclarecesse do seguinte:

[Página n.º]



Nos documentos que me endereçou existia um contrato de água feito em 31 de março de 2000 pela empresa: J. Xufre investimentos S.A., posteriormente rasurado e lá colocado a empresa Dequattro Resorts e Residences S.A. que iniciou a sua atividade em 2007, por favor responda-me ao seguinte:

1-Considera este contrato valido, depois de rasurado do seu requerente original, assinado e elaborado em 31.03.2000, pelo mesmo, e posteriormente lá colocado a empresa Dequattro Resorts e Residences S.A. á mão, quando a data do início da sua atividade foi em 2007? Sem qualquer tipo de assinatura por parte da empresa Dequattro Resorts e Residences S.A. (envio contrato em anexo)

2-Nunca foi autorizado pelos proprietários do Aldeamento Ponta Grande, a empresa Dequattro Resorts e Residences S.A. contratar fornecimento de água, como pode o mesmo existir?

3-Quando fiz o meu pedido de fornecimento de água á Camara Municipal de Albufeira tive de apresentar uma certidão permanente que prova que a propriedade é minha e nela exerço o direito de contratar serviços de água municipalizada, onde está a certidão permanente da empresa Dequattro Resorts e Residences S.A. que prova ser proprietária do local de instalação do contador?

No parecer da DPGU-DPUAI diz o seguinte e passo a descrever:

... A titulo meramente exemplificativo (mas que nos parece suscetível de ser esclarecedor), não poderemos deixar de conjeturar o seguinte: a celebração de contrato de fornecimento de água com cada um dos proprietários das frações autónomas afetadas á exploração turística poderia- em abstrato – comprometer o uso turístico e a exploração de empreendimento, no seu todo; no caso de eventuais incumprimentos contratuais dos visados (por exemplo, no caso os proprietários não assegurassem o pagamento atempado dos consumos, com os consequentes cortes de fornecimento); vicissitudes que, dessa feita, a entidade exploradora não poderia nem obviar, nem controlar e que forçosamente – inquinariam a exploração do mesmo empreendimento...

Então Sr.ª Vereadora Claudia Guedelha, eu também não posso deixar de conjeturar, mas penso mais além, dizendo o seguinte:

Todos os proprietários têm contrato de fornecimento de eletricidade diretamente com a empresa fornecedora, situação esta em que a entidade exploradora também não pode controlar o seu pagamento e que até hoje não inviabilizou a exploração turística.

1-Logo não entendo porque o fornecimento água pode impedir a exploração turística e o fornecimento de eletricidade não, pode explicar?

Relativamente aos ramais independentes, eles existem bem diferenciados, convido Vexa a fazer uma visita ao aldeamento e rapidamente irá perceber que não é necessário nenhuma obra suplementar.

Quero deixar um convite em meu nome ao Sr. Presidente da Camara Municipal de Albufeira, José Carlos Martins Rolo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Francisco Oliveira, á Sr. Vereadora Cláudia Guedelha, no próximo dia 20 de Julho de 2022, pelas 10H30, uma visita ao aldeamento Ponta Grande, terei muito gosto em vos mostrar os ramais bem diferenciados bem como os problemas acima por mim descritos.
Aguardo resposta, *

Cumprimentos,

Joaquim Guerra
Proprietário no Aldeamento Ponta Grande

A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente ao ponto 4 da Ordem do Dia, a bancada do Partido Socialista propõe o presidente da Junta de Freguesia, Dinis Nascimento, para representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde.

Albufeira, 27 de Junho de 2022

O Grupo do Partido Socialista

Carla Mendes
J. Dias

Silvia Manuela Dias
Alina




[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

Proposta PSD/CDS

No ponto quinto da O.C. a
bancada do PSD/CDS propõe
a Prof. Janduíla Cabrita

27/06/22





DECLARAÇÃO DE VOTO - PONTO 9 e 10

Da análise realizada pelas deputadas Mónica Coimbra e Carla Vieira, eleitas pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Albufeira Prometida, relativamente à 2ª Revisão- Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2022-2026 e à 2ª Revisão- Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2022-2026, consideramos que mais uma vez perderam uma oportunidade para fazer uma revisão séria e construtiva, que abarque o valor da inflação e do aumento vertiginoso dos combustíveis, matérias-primas e alimentos.

É mais do que tempo de pararmos e fazermos um exercício sério e criterioso dos nossos recursos materiais, humanos e financeiros que ajudem a ultrapassar esta conjuntura económica, financeira e social que nos assola, através de diálogo e cooperação entre todos, executivo permanente e não permanente.

Senão vejamos: A inflação em Maio foi de 8%, o valor mais alto desde Fevereiro de 1993.

A variação de preços relativo aos produtos energéticos situa-se nos 27,2%, e dos produtos alimentares teve uma variação de 11,7%, para já não falar da escassez de matérias-primas para a construção, de cereais para os animais e consumo humano e da escassez de metais.

Não é difícil de entender que estes factores condicionam e irão ainda condicionar mais a situação financeira da autarquia e da nossa comunidade, com um aumento significativo dos contratos de prestação de serviços (que cada vez são mais e de maior monta) e das empreitadas (através das revisões de preços e do aumento dos valores de adjudicação), bem como dos valores referentes às refeições escolares e do funcionamento da autarquia em termos de energia dos edifícios, das máquinas e dos veículos.

Neste sentido, apelamos à disponibilidade para que todos os agente políticos se sentem e conversem seriamente, de forma pragmática sem aproveitamentos políticos sobre cortes nas finanças da autarquia, de modo a que, em conjunto, se encontrem soluções e um plano estratégico que ajude a Câmara a arrepiar caminho e a ter um plano económico/financeiro que permita ao Município fazer face às necessidades de tesouraria até pelo menos, ao final do corrente ano.

Pelas razões mencionadas Albufeira Prometida Abstém-se.



Moção

No ano que se comemora o centenário da primeira travessia aérea do Atlântico Sul que constituiu, na altura, um marco histórico da aviação mundial; a bancada do Partido Socialista propõe um voto de congratulação pela atribuição do nome de Gago Coutinho ao Aeroporto de Faro em homenagem Carlos Viegas Gago Coutinho.

Relembrar que este ilustre cidadão de ascendência algarvia destacou-se como navegador, geógrafo, inventor do sextante e fez carreira na marinha com o posto de Almirante.

Pelo que a Assembleia Municipal de Albufeira reunida em 27 de Junho deliberou aprovar um voto de congratulação pela atribuição do nome de Gago Coutinho ao aeroporto internacional de Faro.

Albufeira, 27 de Junho de 2022

A bancada do Partido Socialista

Carlos Lacerda
João
Silvia Panueta Dias
Al
PS



Moção do PS

**Voto de congratulação pela atribuição do nome Gago Coutinho ao Aeroporto
Internacional de Faro**

Declaração de voto

No passado dia 15 de Junho de 2022, o Aeroporto de Faro passou a designar-se Aeroporto Gago Coutinho, em homenagem ao navegador Gago Coutinho.

O partido CHEGA vota contra, não pela homenagem ao almirante, mas pela despromoção do nome Faro ao Aeroporto.

Despromover a cidade de Faro, ela capital do Distrito do Algarve, em prol de uma homenagem, pese embora os seus feitos históricos, não pode ser aceitável nem recetível. Uma vez que nova designação Aeroporto Gago Coutinho, irá começar a ser usada na comunicação aeronáutica, na informação do passageiro, e em toda a sinalética na infraestrutura aeroportuária.

Face ao exposto, é entendimento do Partido CHEGA que, não obstante a homenagem, se mantenha o nome do aeroporto- Aeroporto Internacional de Faro, com o então aditamento de Gago Coutinho.

Tenho dito.

Luna Silva
Deputada pelo Partido CHEGA